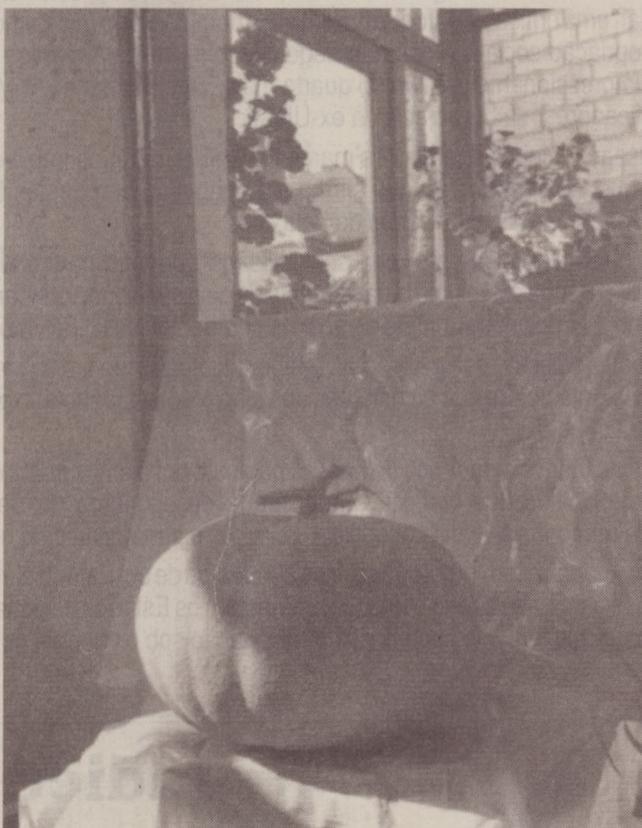
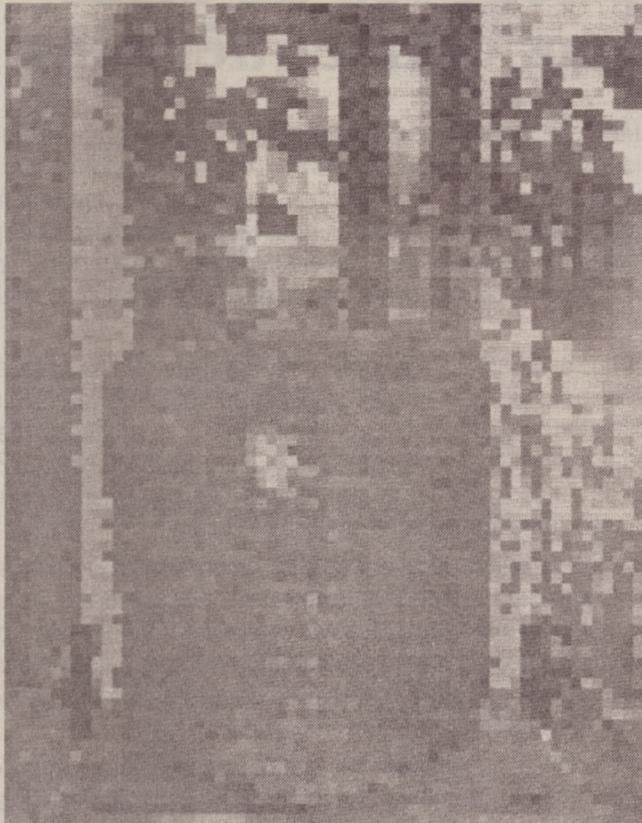


A imposição das desigualdades...

Publicação de caráter interno ao PT e distribuída única e exclusivamente aos seus filiados



...e os jogos da corte.

Nº 258 ABRIL 1991 Cr\$ 2.000,00

EM TEMPO:

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

Explicações da crise e suas conseqüências

O EM TEMPO nº 258 abre suas páginas com duas matérias sobre a movediça conjuntura que atravessamos no Brasil. Os artigos de Raul Pont e Carlos Henrique descrevem o movimento de convergência entre as várias forças políticas no campo da classe dominante em torno das saídas neoliberais de Collor. Analisam alternativas de intervenção tática para o movimento dos trabalhadores e o PT enfatizando o estreitamento do espaço de atuação de uma oposição parlamentar, a importância crescente da luta de massa e caminhos pelos quais ela pode se desenvolver.

Os passos que estão sendo hoje dados pelo movimento sindical são tema de dois artigos. O primeiro analisa o acordo assinado pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo com as montadoras de automóveis e o governo sobre a reestruturação deste setor da indústria. Gustavo Codas examina possibilidades e problemas desta orientação. Pedro Moreira resgata as definições da direção nacional da CUT para as lutas do semestre e questiona os rumos que toma a discussão sobre "centralismo" político na Central.

Dedicamos cinco páginas desta edição a um artigo difícil mas muito importante, "Para onde vai a crise?" de Maxime Durand. Este texto sintetiza discussões que vem sendo travadas há vários anos sobre o porquê da expansão do capitalismo internacional nos anos 80, a partir da aplicação de políticas econômicas neoliberais nos principais países imperialistas. Procuramos fazer um trabalho de edição que tornasse essa discussão de teoria econômica mais acessível para os leitores não familiarizados com o vocabulário técnico.

Um quarto eixo deste número está nas quatro páginas centrais, que dedicamos ao tema da ecologia, mais atual do que nunca. O artigo de François Moreau examina a evolução do pensamento dominante nos organismos internacionais sobre o problema ambiental. Desenvolve, a partir daí, uma crítica ao enfoque produtivista dominante no marxismo e formula elementos de uma apropriação socialista das abordagens ecologistas. Já o artigo de Robert Lochhead descreve o impressionante destino do quarto maior lago do mundo, o Mar de Aral, destruído pelos "planificadores" da burocracia da ex-URSS.

E ainda: Isaac Akcelrud examina os marcos do golpe militar do neoliberal Fujimori no Peru, mostrando que, ao contrário do que afirma a propaganda burguesa, não existe democracia consolidada na América Latina sacudida pela crise.

João Machado polemiza com uma sensibilidade que vem ganhando peso na esquerda brasileira, que vê Cuba como uma batata quente da qual seria bom se livrar o mais cedo possível e mostra como esta posição submete-se aos marcos ideológicos que o imperialismo estabelece.

Miguel Romero discute os limites, mas também a atualidade e a utilidade de um "leninismo aberto", num momento em que as estátuas do velho revolucionário russo viram ferro velho em toda a Europa oriental.

Reparando a ausência da África de nossas páginas, noticiamos nesta edição a formação de um importante partido que unificou grande parte da esquerda do Senegal, bem como a realização de um fórum que visa atualizar e relançar o panafricanismo nos anos 90.

E Francisco Louçã examina a formação de elementos de um Estado europeu, que não dispõe de nenhuma legitimidade senão a que lhe emprestam os Estados nacionais e sobre o qual não há nenhum controle real das populações. A unificação sob o controle do capital não pode ser democrática.

Ilustrações

Ilustramos esta edição do EM TEMPO com gravuras chinesas antigas.

Elas foram extraídas do livro de C.A.S. Williams - **Chinese symbolism and art motifs**. Tokyo, Charles Tuttle Company, 1974.

Guerreiros antigos - p.3;

Vendedor de brinquedos - p.4;

Huang Ho Lou. Drama histórico chinês em dois atos. Atores prontos para a encenação - p.5;

O dragão das nuvens e o dragão do mar - p.8;

Flores de lotus - p.9;

O encontro do dragão e do tigre, as duas grandes forças do universo - p.10;

Paisagem depois de Hsia Kuei - p.11;
Flamingos e pinheiros - p.12;

Os oito famosos cavalos de Mu Wang - p.13;

Encontro na beira da Via Láctea - p.15;

Empinando papagaio - p.17;

Hsi Wang Mu montada no pavão - p.18;

Paisagem no estilo Wang Wei - p.19;

Periquito dourado e fenix - p.20;

Cem cavalos (famosa pintura do século XVI, onde entre os cem cavalos, cinquenta em cada globo, não há dois na mesma posição) - p.22;

Tien Mu, a deusa do relâmpago - p.24.

A foto da p.21 é Diego Rivera, de Gisela Freund e as das ps. 6 e 7 são de Fernanda Estima.

Índice :

3 Nacional : Construir uma nova tática - Carlos Henrique Árabe

5 Nacional : Cena rápida - Raul Pont

6 Sindical : Crise e resposta operária - Gustavo Codas

9 Socialismo : Lenin, para além das certezas - Miguel Romero

10 Cuba : Rimpasses da solidariedade - João Machado

11 Ecologia : Corrida ao lucro destrói a natureza - François Moreau

14 Ecologia : Algodão matou o mar de Aral - Robert Lochhead

15 Economia : Para onde vai a crise? - Maxime Durand

20 Europa : Superestado, destino europeu - Francisco Louçã

21 Sindical : CUT: lutas e disputas internas - Pedro Moreira

22 África : Fórum panafricano

24 Democracia do canhão - Isaac Akcelrud

Construir uma nova tática

Carlos Henrique Árabe

Em momentos de crise aguda como o que vivemos hoje, conservadores, liberais e fisiológicos afunilam suas diferenças, buscam saídas comuns e conservadoras.

A estes podemos perfeitamente acrescentar a "socialdemocracia brasileira". A direção do PSDB aceitou o processo de cooptação e de adesão política ao Governo Collor, embora não integrará formalmente o ministério. Este fato, além de explicitar o caráter do PSDB, permite compreender o quadro partidário e que a grande polarização de 1989 continua como "pano de fundo" da cena política. Este é um dos aspectos centrais da crise brasileira.

Um segundo aspecto diz respeito ao próprio desenvolvimento do Governo Collor e da sua alternativa econômica. O resultado da circense reforma ministerial vem mostrar o neoliberalismo "realmente existente". Isto é, uma mistura do que há de pior nas últimas três décadas. E, do lado econômico, se este Governo tem sido eficiente na destruição de direitos sociais e na transferência de capital estatal para o setor privado, a sua capacidade de construção de uma alternativa econômica para o capital ainda é uma interrogação.

Por fim como terceiro elemento para uma aproximação dos desafios que a crise nos coloca, é preciso analisar as alternativas em discussão no PT: os limites crescentes na disputa parlamentar, as possibilidades de combinar a retomada de mobilizações com a atuação institucional, enfim em que termos deve-se colocar o esforço central de impor na cena política a grande polarização: PT x Collor.

Uma sombra que assusta

A disputa presidencial de 1989 representou o mais alto grau de confrontação de projetos para o país e o momento de maior clareza e maior identidade entre polarização social e polarização política. De lá para cá nenhuma situação semelhante se configurou. Mas longe estamos das fantasias e dos desejos liberais de caracterizar aquele momento como algo fugaz e já superado pela história. Aliás, a confrontação obtida em 1989 dificilmente poderia permanecer, o tempo todo, como alternativas imediatamente postas. Isto pressuporia um grau de construção e de atração do projeto democrático-popular que não existe ainda e nem mesmo chegou a existir, nestes termos, em 1989. Mas o conjunto dos elementos estruturais que levaram ao auge de 1989 permanece, ainda que fortemente disputado. O desenvolvimento dos acontecimentos neste período confirma esta avaliação, em particular os relativos (mas não só) ao quadro partidário.

A dança partidária

Os movimentos mais significativos foram, naturalmente, os protagonizados por Brizola e pela direção do PSDB. O populismo brizolista esvaziado historicamente pela dinâmica dependente do capitalismo brasileiro, derrotado nas eleições de 1989, não teve outra saída naquele momento a não ser apoiar o Lula. Toda a sua trajetória posterior, sob a liderança de Brizola e ainda que causando dissensões no PDT, foi em direção ao polo oposto. Hoje Brizola vem se convertendo em uma espécie de linha auxiliar de Collor.

A trajetória do PSDB foi similar, embora menos espetacular e mais previsível. Já em 1989, o apoio apenas formal a Lula no segundo turno mal escondeu o apoio de vastos setores deste partido a Collor e o desejo de participar da nova "governabilidade". Este comportamento intensificou-se posteriormente e culmina com a aproximação ao Governo e que só não se conclui numa participação orgânica por um oportunismo eleitoral evidente. A ocorrência de dissidências que



podem se manifestar - embora setores mais opositoristas já tenham deixado o PSDB - não encobre o movimento determinante.

O traço comum entre Brizola e a direção do PSDB, além dos laços com a socialdemocracia internacional, é a sua atração pelo polo neoliberal e a auto-anulação enquanto projeto alternativo. Num certo sentido, enquadram-se na unificação programática preconizada pelo grande capital.

A situação do PMDB se distingue dos anteriores em apenas um aspecto: mais que aderir - o que também faz - busca, sob a direção de Quéricia, disputar a condição de condutor mais eficiente do programa neoliberal. Não há qualquer movimento no sentido de apresentar uma alternativa substancialmente diferente à de Collor ou de realizar alguma oposição mais consistente. Ao contrário, tanto na gestão de governos estaduais como no congresso a ação é complementar, fisiológica, embora marcada por declarações de efeito para preservar o espaço de disputa no interior do mesmo campo.

Este processo de convergência partidária em um mesmo campo programático - se é que se pode chamar de "programa" os grandes interesses políticos e econômicos que dirigem este movimento - não exclui conflitos e muito menos significa estabilidade. Mas tem relação com o prolongado processo de unificação das alternativas básicas dos setores dirigentes do grande capital para o Estado brasileiro e para a economia. E, explica em boa parte a continuidade de um Governo cada vez mais impopular e ilegítimo.

O Governo Collor

O programa neoliberal está longe de ter concluído sua etapa destrutiva. A reestruturação produtiva ainda atinge setores selecionados do capital; não é um processo de tal extensão que se possa dizer que conseguiu redefinir os padrões gerais da dinâmica capitalista no país. A expectativa de receber ondas de investimento externo não se realizou; o acerto com o FMI aponta, ao contrário, para um integração ultra-submissa ao mercado internacional. A continuidade da recessão, como eixo central da política econômica, confirma este quadro.

Assim continuará um processo que indica a potencialidade de conflitos sociais de grande porte, atingindo não só os setores proletários mas também setores médios "desclassificados" na etapa destrutiva da reestruturação.

De outro lado, a operação ridícula da reforma ministerial dá um "salto de qualidade" no governo: de balcão de negó-

Na crise, liberais e conservadores, fisiológicos e social-democratas afunilam suas diferenças

cios simples, passa a balcão de negócios ampliado. Saem os iniciantes nos "negócios" de Estado, entram os profissionais. Aumenta a integração do Governo com setores empresariais engajados no seu projeto - neste sentido o Governo fica mais orgânico. Mas ao mesmo tempo perde definitivamente a sua marca de origem (contra os políticos e as elites) e o identifica com exatamente aquilo que Collor dizia combater (a velha política, o Governo Sarney e os grandes empresários).

Neste quadro a obtenção de legitimidade e a recuperação de bases sociais, alvos do Governo com a sua auto-reforma, não estão assegurados. A provável conquista de mais apoio parlamentar, inclusive contando o PSDB cooptado, continuará em contradição com pouco apoio social e com a ilegitimidade. O espaço de disputa no interior do Congresso reduz-se para a esquerda. Em compensação, o espaço das mobilizações, da disputa institucional de massas, da legitimação da alternativa liderada pelo PT aumenta.

O pólo democrático popular

O PT é o único partido com peso que manteve sua posição na disputa política nacional. É o único centro de oposição real ao Governo Collor. Permanece na memória popular a grande polarização de 1989. Não é à toa que em qualquer pesquisa Lula tem a preferência no imaginário de uma nova disputa com Collor. Mas, sabemos que isto não basta, apesar de representar uma conquista extremamente importante. De outro lado, a inconsistência dos partidos chamados de "centro-esquerda", o seu movimento geral em direção ao Governo, reforçam o papel de liderança oposicionista do PT.

Nos dois primeiros anos do Governo de Collor a capacidade de ação do PT foi duramente comprometida. Entre os elementos centrais que levaram a esta situação estão o quadro de desmobilização e mesmo de derrotas sociais; a confusão nas definições táticas, revelando a continuidade das importantes disputas programáticas que permanecem no PT; e, por fim, o aumento da dificuldade de direção partidária, ou seja, a autonomia de bancadas, dos petistas nos postos executivos e de setores sindicais petistas.

O partido pode e tem que aproveitar o momento dos seus encontros para dar passos concretos na superação destes grandes obstáculos.

Retomada das lutas sociais

Há sinais de retomada das lutas, em particular no movimento sindical. A CUT liderou manifestações de protesto, no dia 13 de março, em todo o país. Apesar da expressão ainda limitada destas manifestações, são uma primeira indicação de que é possível superar o período marcado por intensas e paralisantes lutas internas e, principalmente, por ausência de respostas aos ataques do Governo e do capital a direitos sociais, ao emprego e à própria identidade social da classe trabalhadora. Há esforços no sentido de unificação política e das mobilizações, tanto no setor urbano como rural. Prepara-

se o 1º de maio com este espírito; busca-se unificar campanhas salariais; articula-se emendas populares pelo salário mínimo com poder de compra recuperado e pela revogação da política de privatizações. A iniciativa de São Bernardo é uma tentativa de impedir a livre execução dos planos de reestruturação no setor-chave das montadoras. Mas não representa ainda uma resposta de conjunto da classe trabalhadora. Ainda que seja uma iniciativa de peso, não foi democraticamente definida pela CUT, carece de toda uma elaboração que incorpore diferenças setoriais e, o mais importante, que seja articulada a uma visão alternativa da CUT sobre o processo de reestruturação em curso. Este é o desafio mais importante colocado à CUT e, naturalmente, liga-se diretamente a uma intervenção na conjuntura política do país. Neste sentido, o papel que o PT pode jogar é imprescindível, pela condição de agente unificador dos petistas no movimento sindical. E, de outro lado, o papel dos sindicalistas do PT também se ressalta, pela condição que têm de "puxar" o partido para o processo de mobilizações.

Uma nova tática do PT

Três grandes fatos pressionam o partido para sair da confusão nas definições táticas. O primeiro é a crescente ilegitimidade do Governo Collor: isto questiona os que apostavam em um cumprimento "tranquilo" do calendário institucional e eleitoral até 1994. O segundo fato é a redução do espaço parlamentar como espaço de articulação de saídas institucionais frente a crise. O terceiro é o movimento da chamada "centro-esquerda" em direção à direita, o que vem exigir muito mais clareza na política de alianças do PT.

Uma conclusão necessária ao partido - depois dos recentes acontecimentos - é a imperiosa necessidade de estabelecer o centro de gravidade da sua política na construção da legitimidade da sua proposta para o país, através das lutas de massas e do que poderíamos chamar de disputa institucional de massas. Em outras palavras, superar as ilusões de que saídas democráticas possam ser conquistadas na disputa parlamentar.

O esforço de recuperação da capacidade de ação dos movimentos sociais, em especial o movimento sindical, deve ter exatamente o sentido de reanimar um movimento democrático e popular de massas.

A disputa eleitoral já em curso deve ter para o PT o sentido de retirar do parlamento o grande centro de debate nacional e transferi-lo para as ruas. Aí, em conjunto com a proposta do "modo petista de governar" deve estar a proposta do PT para o país.

Uma questão central, até agora sem resposta satisfatória, dentro desta alternativa tática, é qual iniciativa tomar frente a crescente ilegitimidade do Governo Collor. A afirmação de consignas como "basta Collor" tem sua importância na agitação mas não resolve o "como" realizá-las. As alternativas buscadas até agora - seja via antecipação do plebiscito sobre forma de governo, seja via o recurso de impedimento do presidente - são importantes por tentarem criar brechas institucionais para inserir o questionamento ao mandato presidencial. Mas na ausência de uma forte pressão de massas não conseguem escapar das armadilhas impostas pela correlação de forças no congresso e no judiciário.

Há uma saída possível no sentido da disputa institucional de massas: a proposição de uma *emenda popular para antecipação das eleições gerais*. Deve ser discutida e construída no partido, nas discussões do movimento sindical, buscando um desdobramento positivo para a resolução aprovada no Congresso do PT.

A política de alianças

A resolução aprovada pelo Diretório Nacional depois do Congresso mesmo apresentando corretamente os critérios políticos necessários a constituição de alianças e mesmo deixando claro o sentido de disputa dos chamados partidos de "centro-esquerda", deixou ampla margem para encaminhamentos diferentes, entre os quais o de transformar o sentido de disputa em aproximação e concessões.

O PT deve retomar claramente a política de alianças que levou Lula à vitória no 1º turno. Aquela política trabalhava corretamente com o quadro fragmentado dos partidos intermediários entre os dois pólos centrais da disputa - isto é, trabalhava com a perspectiva de atrair setores de partidos ao lado de buscar uma relação estratégica com outros partidos de esquerda - e com uma clara noção de hegemonia. Estes elementos hoje são mais decisivos ainda. □

Reduz-se o espaço de oposição parlamentar; nosso eixo de ação só pode situar-se na luta de massa

Encaminhar uma emenda popular pela antecipação das eleições gerais



Cena rápida

Raul Pont

O projeto de emenda constitucional para a antecipação do plebiscito sobre o regime político está num impasse - no meio da votação - há quase um mês. O governo Collor mergulha na corrupção onde os últimos denunciados estavam no Palácio do Planalto. Os tucanos não resistem ao sub-liberalismo e batem asas em direção à casa da Dinda. No Perú, o neoliberal Fujimori fecha Congresso, Justiça, Partidos, apoiado nas baionetas, mostrando onde leva a "modernidade" latino-americanas. O salário mínimo no Brasil bate seu próprio record: menos de US\$ 50 dólares mensais. Os tucanos revoam para cima do muro, novamente. A recessão bate duro e mais de sete milhões perdem seus empregos superando o fundo do poço que vivemos em meados dos anos 80. Os social-democratas do PSDB têm mais uma recaída hamletiana e voltam aos braços de Collor e Bornhausen, enfim a tentação de três ministérios balança qualquer convicção.

Sacudidos "pelas bases", tucanos-chefes mudam a rota, abandonam o governo e voltam fagueiros para cima do muro. Como ficaram todo o ano de 1991, garantindo a "governabilidade" para o presidente Collor, aprovando 99% de suas iniciativas.

Ao menos, ninguém pode se queixar de monotonia na conjuntura. Ao contrário, a rapidez dos acontecimentos, a complexidade da situação mundial e os aparentes (e reais) paradoxos, põem em xeque o mais atilado analista. A fato do observador ser coletivo - nosso partido - aumenta as chances na precisão do diagnóstico, mas não garante, previamente, o acerto e muito menos o antídoto para a doença. Acertar sózinho está cada vez mais difícil. Mesmo sem a garantia do oráculo, é mais provável que nos aproximemos do acerto no coletivo, na elaboração conjunta, na preparação do 8º Encontro Nacional marcado para junho.

Superar angustias

As extremas dificuldades geradas pela crise recessiva, a complexidade do cotidiano atravessada pela crise programática e teórica que vira pelo avesso a esquerda mundial e mesmo nossa pequenez e até incompetência, são geradoras de uma angústia que assola o Partido. Corremos o risco de - por falta de compreensão da complexidade da conjuntura - viver uma crise de apatia, de impotência, determinadas por essa angústia de nos debatermos num quadro de brutal conflito, de profundas contradições, mas que não são canalizadas politicamente nem tendem a mudar rapidamente a relação de forças, desesperando a todos.

Paralelo a essa angústia está presente o risco de nos engalfinharmos em questões menores ou criarmos fantasmas em polarizações maniqueístas ou caricaturais, como tem acontecido com o "Fora Collor" ou não "Fora Collor"; ou a condenação, como colaboração de classe, de qualquer ação que defenda empregos e salários, ou sua defesa exacerbada como exemplo do combate a recessão e da política econômica de Collor, como se tivéssemos o governo na mão e o controle do investimento dos capitalistas e dos preços monopolistas. Se isso tudo não bastasse, estamos tensionados por um ano eleitoral que se aproxima rapidamente.

As saídas

O plural já indica que não dá para nos arvorarmos de grandes certezas. O momento é de humildade e profunda reflexão. Em primeiro lugar, mesmo sem o "charme" dos tucanos, o governo mudou. O apetite voraz da gangue de Alagoas e dos demais arrivistas que controlavam os postos-chaves de ministérios, secretarias e estatais, está sendo substituído pelos profissionais da velha Arena e arraigadas expressões da burguesia brasileira, com algumas pitadas de honestos e charmosos social-democratas. Collor corre o risco de morrer engasgado, pois vai ter que engolir tudo o que disse sobre seu governo, no qual jamais pisaria alguém comprometido com a ditadura militar e a corrupção do período Sarney. Enfim, ninguém é perfeito e ele sabe que conta com sólidos aliados que se encarregam de desmemorar



o povo brasileiro através dos nossos "livres" meios de comunicação.

O 1º Congresso do Partido nos deu uma base referencial estratégica e uma avaliação da conjuntura que não perderam sua validade. Há evidentes dificuldades de atingir e coesionar os filiados, bem como azeitar a relação e as orientações do partido para seus militantes que permanecem desorganizados nos movimentos sociais.

O nosso "nó-górdio", porém, reside na necessidade de apresentar uma saída global que tenha correspondência com a grandeza, com a dimensão da crise vivida pelo país.

É necessário acumular nas eleições. É preciso ampliar nossa imprensa interna e externa. É candente superarmos a situação de paralisia nas lutas de massa, em particular no movimento sindical. É vital termos uma relação distinta com a CUT e os sindicatos, que nem de longe conseguem sintonizar na ação prática com o partido ou absorver seus avanços na construção democrática e pluralista. É imperioso crescermos e agirmos em direção a um bloco democrático-popular mais orgânico e constante.

Mas, tudo isso é insuficiente se não conseguirmos capitalizar a oposição crescente ao governo Collor, que se expressa no sentimento popular de que esse governo não dá!

Por isso, o PT deve aprovar a antecipação do plebiscito sobre o regime político. Lutar com todas as forças e buscar aliados para que o substitutivo Magalhães não vá além da antecipação da data do plebiscito e que derrotemos as artimanhas do substitutivo orquestrado pela direita.

Esse pode ser um caminho concreto para viabilizar o sentimento unânime no partido e amplo na sociedade do "Basta ou Fora Collor".

Iniciativa popular

A vitória do parlamentarismo poderá criar condições mais favoráveis para uma campanha massiva pela emenda, de *iniciativa popular*, com a coleta de um milhão de assinaturas, que defenda a antecipação do fim do mandato Collor. Esta forma é muito mais mobilizadora e politizadora do que o caminho do *impedimento*, pois neste as decisões dependem da amolecida disposição de juizes e parlamentares nos atapetados e burocráticos gabinetes de Brasília.

A campanha através de ampla mobilização de emenda constitucional de *iniciativa popular* pode unificar o partido, pois dá um sentido viável e passível de ampliar aliados que desconfiem do slogan simplista e de mera indignação do "Fora Collor".

Por fim, urge que o PT defina-se sobre o regime político, o sistema eleitoral e a nova lei dos partidos. É no embate político, aproveitando a tribuna do processo eleitoral, no envolvimento direto do cidadão num projeto de *iniciativa popular* que poderemos reverter uma situação que hoje é, sabidamente, contrária aos interesses populares. De nossa parte, entraremos no debate por uma república parlamentar, unicameral e baseado num sistema eleitoral proporcional, onde os partidos se libertem mais do Estado e tenham controle efetivo sobre os mandatos. Poderá não ser a melhor saída, mas serve para polemizar e, se aplicada, ser superior a farsa que é hoje a representação da cidadania e o Congresso bicameral como expressões de um regime democrático. □

Ninguém pode se queixar da monotonia e da complexidade da conjuntura

A vitória do parlamentarismo favorece a luta pela antecipação do mandato de Collor

Crise e resposta operária

Foto: Fernanda Estima



Assembléia de 4 de abril que discutiu o acordo

principal ainda está para ser discutida, disputada e acordada - na retomada das negociações que já está prevista para a primeira semana de abril.

A crise

O Brasil viveu ao longo dos anos 80 uma prolongada estagnação. Este quadro se revela também na indústria automobilística:

	veículos produzidos	trabalhadores empregados
1980	1.165.174	133.683
1991	960.126	109.339

Em São Bernardo a queda do emprego no setor nesse período foi de 20 mil postos, de 73.000 para 53.000.

Enquanto isso, ao nível internacional há uma reestruturação da indústria automobilística surgindo novos pólos no sudeste asiático (Coreia do Sul, Taiwan) e no México, que superam rapidamente o Brasil como produtor e exportador, assim como está em curso uma reestruturação completa seguindo o "modelo toyotista" japonês com evidentes ganhos de produtividade para o capital a partir de uma maior submissão do trabalho - em relação ao "modelo fordista" - e, da integração dos mercados e os consequentes ganhos de escala.

As empresas no Brasil, ao interior da crise, tomam uma série de iniciativas. Em primeiro lugar, a "constituição de um novo mix de produção (eliminando-se os chamados veículos populares e centrado-se nos modelos mais sofisticados, visando atender os segmentos mais 'nobres' do mercado)".

Em segundo lugar, a "adoção de uma feroz política de preços aplicados nas vendas internas, que compensa a queda das vendas em unidades e a incerteza quanto ao futuro, através de margens unitárias de lucro mais elevadas".

Em terceiro lugar, "como consequência da queda de vendas internas (...) as subsidiárias brasileiras procuraram desde o ano de 1982 incrementar as exportações (...) apoiaram-se sobretudo nos incentivos fiscais".

Em quarto lugar, o aumento brutal da pressão sobre a classe operária via arrocho salarial: "os salários nas empresas montadoras de São Bernardo valem cerca de 40% do salário do início de 1985".

Este arrocho vem combinado com uma série de iniciativas patronais de "modernização capitalista da produção", que são o aspecto mais silencioso da disputa entre capital e trabalho na crise e vão encontrar nas comissões de fábrica de São Bernardo uma feroz resistência; porém, há uma tendência a se espalhar pela cadeia produtiva.

Dessa maneira a participação da mão de obra no preço final dos veículos movidos a álcool ao nível nacional caiu de 6,4% em março de 86 para 2,8% em novembro de 91 - enquanto o excedente ou lucro bruto aumentou no mesmo período de 10,5% para 25,2%! (Nota: todas as citações e dados estatísticos são de "Reestruturação..." págs. 7-18).

O início de 1992 veio apresentar um quadro piorado. Pátios lotados de carros nas montadoras, boa parte dos trabalhadores em férias coletivas ou trabalhando parcialmente (4 dias por semana, etc.), perspectiva de mais 10 mil demissões, configuravam o cenário do primeiro trimestre. Março teve o menor nível de vendas de carros desde 1987.

Na queda de braço entre a política recessiva "antiinflacionária" do governo Collor e a estratégia de preços das montadoras, Márcilio anuncia a antecipação da abertura às importações - reduzindo as alíquotas para a importação de carros. Esta abertura será adiada pelo efeito político do Acordo de Brasília.

Estratégia sindical

Para o sindicato a iniciativa na Câmara Setorial é a

Gustavo Codas

Desde os últimos dias do março a discussão sobre a caracterização e as possíveis consequências do acordo proposto na indústria automobilística pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo aos patrões e governos dividiu o movimento sindical cutista. Tratou-se de uma iniciativa ousada de um sindicato de peso, e num momento difícil. Os críticos apontaram que o sindicato se conduzia à colaboração com o empresariado na crise (isto é, alguma forma de "pacto social"). O debate na CUT não acabou, e este texto busca iniciá-lo nas nossas páginas.

O processo

As Câmaras Setoriais (aproximadamente umas 30) foram criadas ao nível nacional em 1991 dentro de uma política do governo federal de buscar discutir preços e salários com empresários e trabalhadores para freiar a espiral inflacionária.

Convocado a participar da primeira reunião em abril de 1991, e face a evidente crise da indústria automobilística brasileira - a estagnação da produção, perda de competitividade internacional, à par de demissões massivas e fechamento de fábricas - o sindicato propôs desde o início deixar de lado a discussão de preços-salários na cadeia produtiva e passar a discutir a "modernização e reestruturação do complexo automobilístico brasileiro". Porém, esta perspectiva só seria aceita no final do ano pelo governo e empresários.

O sindicato, a partir do acúmulo realizado pela sub-seção do DIEESE e seminários de diretoria e comissões de fábrica, apresenta o documento "Reestruturação do complexo automotivo. As propostas dos trabalhadores na Câmara Setorial".

É com as orientações deste documento que os representantes do sindicato irão intervir na Câmara Setorial - e do qual a "Proposta de Acordo do Setor Automotivo" fechada em 27 de março nada mais é que uma "medida de impacto" para a mídia e parte menor dentro da estratégia do sindicato, na expressão de um dos diretores de São Bernardo. Isto é, a parte

O acordo proposto foi uma iniciativa ousada num momento difícil

"concretização de uma nova forma de ação sindical". Não se trata mais de *apenas* resistir às iniciativas empresariais, mas de *também* propor alternativas na reestruturação global do setor, de uma ótica que parte da preservação e ampliação dos direitos dos trabalhadores e avançar sua capacidade política na produção e na sociedade. Sustenta que para defender (e inclusive melhor defender) o direito ao salário e emprego, os trabalhadores devem questionar e incidir sobre os rumos da reestruturação - assim, os sindicatos se apresentam como os defensores também dos interesses gerais da população frente aos interesses do capital, em suma, defensores de um *projeto nacional versus o projeto do capital*.

Nesse marco o sindicato traça suas "diretrizes básicas" para intervir na Câmara Setorial:

a) recuperação dos níveis de emprego e de salários do setor;

b) oposição às propostas de ajuste neoliberal para o setor que em países como o Brasil, visam exclusivamente o incremento das exportações, mantendo-se um mercado interno estreito e elitizado;

c) reestruturação do setor, através de políticas que garantam a retomada do crescimento, articuladas com um projeto global de desenvolvimento para o país;

d) democratização das relações de trabalho, garantindo-se o respeito aos direitos sindicais e o acesso às informações das empresas do setor;

e) melhoria das condições de trabalho no interior das fábricas e das condições ambientais em geral.

A partir destas diretrizes se busca "gerar propostas concretas para uma verdadeira política industrial, em bases democráticas. Se o movimento sindical não for capaz de formulá-las e apresentá-las ao debate na sociedade, os setores dominantes continuarão detendo a iniciativa, restando para nós a desgastada posição reativa, de críticos. E o que é pior: surgirá mais um modelo de desenvolvimento excludente no Brasil" ("*Reestruturação...*" págs 19-20).

Esta política busca responder à consciência expressa por Vicentinho na assembléia de 4 de abril, quando disse: "Primeiro nos expulsaram do campo e nos empurraram às fábricas nas cidades; agora querem nos expulsar das fábricas e nos jogar na rua, no mercado informal, onde já estão mais de 25 milhões de brasileiros..."

Em suma, para o sindicato não se trata de uma ação episódica, mas de um novo campo de desenvolvimento de iniciativas sindicais. E nesse sentido, vai mais além do que os eventuais "humores" empresariais e governamentais para cumprir o pautado em 27 de março ou para continuar a discussão na Câmara Setorial.

Não uma, mas muitas

Mas na verdade, não se trata da única reestruturação em curso, e na indústria automobilística. Há diversos setores industriais e de serviços que sob o impacto da política neoliberal do governo, ou premidos pela concorrência internacional, estão se reestruturando. Isso pode significar dependendo do caso: sucateamento do/no setor, reconcentração do capital no ramo, privatização em setores antes estatizados, mudanças na gestão da mão-de-obra e, em geral, piora das condições de vida e trabalho, etc.

Também essas reestruturações estão sendo disputadas pelos trabalhadores. É o caso da saúde, previdência e educação públicas. É o caso de grande parte das empresas estatais de ponta que estão sendo submetidas a uma política privatista (petróleo, petroquímica, siderurgia, telecomunicações, etc.)

A indústria automotiva é o *primeiro* caso onde a reestruturação de um setor controlado por monopólios multinacionais entra na pauta de discussão dos sindicatos.

Mas, em todos os casos trata-se de *uma crise* (seja ela financeira, de produtividade e competitividade, etc.) e há *iniciativas burguesas de saídas* dessa crise, isto é, propostas de reestruturação. Em todos eles, os trabalhadores organizados em sindicatos da CUT preparam a defesa dos seus interesses ameaçados pela reestruturação proposta pelo capital, assim como enunciam o que seriam os interesses gerais em jogo na reestruturação - de maneira a ganhar a opinião pública para as propostas dos trabalhadores.

Porém, nessa batalha, o sindicalismo combativo está visivelmente atrasado. A estatística do IBGE mostrando que em 1991 houve um salto de produtividade da força de trabalho no Brasil - no bojo de uma queda da produção industrial, e de um aumento brutal do desemprego - é



Lula e Vicentinho na assembléia

expressão do curso ascendente da reestruturação capitalista da produção.

De outro lado, os avanços do governo no terreno das privatizações através da lei 8.031/90 assinalam que o caminho da reestruturação também está aberto na via da entrega do capital estatal para os monopólios privados - nacionais e multinacionais. Quadro similar se desenvolve nos setores de serviços organizados pelo Estado, que sob a desmoralização a que são submetidos pelo governo, estão na mira da privatização ou abrindo espaço a empresas privadas.

É à luz dessa visão de conjunto que devemos avaliar as propostas de SBC, como um caso de enfrentamento da reestruturação no setor privado e chamar a atenção da necessidade do movimento sindical combativo, através da CUT, construir uma política coerente, uma estratégia geral, para enfrentar a reestruturação em todas suas facetas.

A política de São Bernardo

O acordo proposto em 27 de março abrange sete tópicos: (1) uma política de manutenção do nível de emprego e garantia de salários até junho de 92; (2) prorrogação da data-base para 1º de julho; (3) discussão do contrato coletivo até junho para sua implantação; (4) redução dos preços de automóveis e comerciais leves em 22% (sendo 12% por conta de redução de IPI e ICMS e o restante por redução da margem de lucro na cadeia); (5) estudos para financiamento e barateamento de tratores, caminhões, ônibus e implementos rodoviários; (6) fixação de periodicidade para o acompanhamento do acordo pela Coordenação Geral que integram os diversos setores; e (7) prazo até 4/04 para apreciação do acordo pelos trabalhadores. Paralelamente se trata de sanear e reativar os consórcios.

Para os metalúrgicos do estado de São Paulo (ABC, Campinas, Limeira, Sorocaba, São José dos Campos, São Caetano, etc.) que tem data base em 1º de abril e estão em negociações com o Grupo 19 de FIESP, foi proposto pela diretoria de SBC que o acordo devia ser precedido pelo "alinhamento" dos salários da categoria com os das montadoras em São Bernardo (cuja perda de abril de 90 a março de 92 é de 37%) - isto é, que toda a base devia ter recuperação de perdas até o nível das montadoras. E como o primeiro reajuste do acordo, em abril, deveria ser de 21%, a perda nas montadoras ficaria reduzida a aproximadamente 13%. Assim foi aprovado na assembléia unificada de São Bernardo e Santo André em 4 de abril.

No processo de negociação e apresentação destas propostas, porém, há alguns elementos que podem comprometer os objetivos enunciados.

Uma política "da" CUT?

A CUT não acompanhou efetivamente o longo processo de negociação da Câmara Setorial e seu desfecho em 27 de março. A Confederação Nacional e a Federação Estadual (SP) dos Metalúrgicos da CUT, recentemente criadas, não participaram enquanto instâncias organizadoras do ramo.

Enquanto a Federação Estadual levava a campanha salarial em São Paulo, paralelamente e sem articulação se desenvolviam as negociações em Brasília. Assim, a proposta de acordo tanto surpreendeu a FIESP (já que só foi

"Nos expulsaram do campo; agora querem nos expulsar das fábricas para as ruas"

A CUT não acompanhou efetivamente a negociação do acordo



**Estratégia setorial
como parte da
construção de uma
alternativa global**

**Somar a disputa frente a
reestruturação ao
questionamento do
mandato neoliberal
de Collor**

negociado pelos sindicatos patronais nacionais) quanto a bancada dos trabalhadores na mesa de negociações em São Paulo. Tudo isto teve um grande efeito desagregador ao nível da CUT.

E mais, a *mera leitura* (sem outras informações) do acordo proposto, sugeriu que os salários dos metalúrgicos em São Paulo ficariam sem recuperação de perdas até julho - o que consequentemente dividiria a categoria que acumula sob o governo Collor um leque que vai até 230% de perdas (fora os 84% do Plano Collor I), mas que nas montadoras é muito menor.

Dai à visão *do pacto social* onde, em função da retomada do crescimento econômico no setor, os trabalhadores abrem mão de salário real, foi um passo. Porém, *essa leitura*, como vimos, era incompleta - e no processo se mostrou politicamente incorreta.

Mas foi a expressão clara da falta de socialização da discussão ao interior da CUT. O problema é mais flagrante se considerarmos que o acordo aspirava desde o início a se espalhar por toda a cadeia produtiva (isto é, milhares de empresas desde as montadoras, autopeças, fabricantes de máquinas, consórcios, etc.) e exigia em consequência uma grande sintonia entre dezenas de sindicatos cutistas envolvidos. Nada disso existiu, e houve sim grande confusão e atritos entre dirigentes da Central.

O impacto sobre a conjuntura

Pela manipulação da imprensa, mas também pelas declarações afoitas de alguns assessores sindicais, passou-se a idéia que via no Acordo de 27 de março estava havendo uma mudança de curso da política econômica. Uma espécie de *política econômica pela base*, ou então de *combate por partes à política neoliberal*.

Introduziu-se assim uma visão incorreta da conjuntura. O movimento sindical precisa encarar o governo Collor como um todo, como um projeto global de reestruturar o capitalismo brasileiro sob orientação do FMI e dos monopólios, mas também como um projeto burguês que tem um mandato para destruir a acumulação política da classe trabalhadora conquistada na década de 80. Isto é, à estratégia de disputar frente a reestruturação, deve-se somar o questionamento de conjunto do mandato neoliberal de Collor e sua legitimidade para exercê-lo.

Mas, na sequência do erro, propalou-se que a estratégia seria agora agilizar todas as outras Câmaras Setoriais -isto é, *substituir a estratégia geral da CUT pela participação institucional*, sem inclusive medir o grau de preparação técnica, organização e mobilização de todos os setores sindicais que estão sendo convocados.

Caminhos da "retomada"

Dois desdobramentos imediatos do acordo são preocupantes. Em primeiro lugar, a retomada das vendas de carros está alicerçada tanto na redução dos preços como no saneamento dos consórcios. Mas a política de preços foi, em boa medida, a de redução de impostos "linearmente", isto é, sobre todo tipo de carro - sendo que a proposta do Sindicato era de diminuir sobretudo os que pesam sobre os "carros populares" com vistas a aquecer esse segmento do mercado.

Como existe uma campanha conservadora em curso, que visa jogar toda a culpa da crise no Estado e a carga tributária, o Acordo pode ser presa fácil da mesma. No Brasil a carga tributária é bem menor que nos países industrializados, e

inclusive menor que em países como México e Argentina; quem paga aqui impostos é fundamentalmente o trabalhador assalariado e o consumo popular.

Para não ser presa do discurso conservador é necessário um posicionamento claro da CUT e seus sindicatos a favor do aumento da carga tributária na economia nacional ampliando ou criando impostos sobre o lucro, o capital especulativo, os produtos de luxo, a terra na cidade e no campo, a herança, as grandes fortunas, etc.

Em segundo lugar, o Acordo proposto é também uma "aposta": de que com as medidas acertadas haverá uma retomada das vendas e da produção - no qual a específica sazonalidade da indústria automobilística também ajudaria, já que seu aquecimento é tradicionalmente no segundo semestre.

Mas a lógica de debitar aos salários o peso da crise, isto é, o objetivo inicial das Câmaras que foi revertido pelo Sindicato, pode voltar se não houver retomada das vendas e da produção. Evitar esse desdobramento só seria possível se no acompanhamento *pari passu* do Acordo os trabalhadores denunciarem manobras de empresários e governos que visassem legitimar a lógica do arrocho. Isto é, caso se efetive o discurso de Vicentinho na assembléia de 4 de abril: "Se os empresários quebrarem o Acordo, que não estranhem se nós quebrarmos algumas de suas fábricas..."

Assim, os mecanismos de fiscalização e controle dos trabalhadores e a sociedade sobre esses monopólios da indústria automobilísticas, hoje muito fracos, devem ser ampliados - e esse é outro ponto de pauta na luta política face a reestruturação.

Uma política em disputa

Há uma forte *disputa sobre a política* que os sindicatos cutistas desenvolvem no enfrentamento da reestruturação. A estratégia neoliberal de marketing político coloca a orientação do documento "*Reestruturação...*" como uma reversão da política cutista de resistência, quando que o mesmo documento a considera como uma nova etapa onde à estratégia anterior soma-se uma política *propositiva*.

Expressões deste discurso e interpretação neoliberal encontramos em Luis Antonio Medeiros da "Força Sindical", cientistas sociais, lideranças empresariais e editoriais da imprensa comercial.

Neste sentido, há uma disputa ideológica entre o projeto neoliberal e a CUT, onde aquele busca colocar sua política como inevitável e obrigar ao movimento operário a "*encontrar um beco*" no seu interior - o que anula qualquer visão de contestação de conjunto à alternativa burguesa.

Assim, a propaganda neoliberal visa anular a consciência operária que se coloca *contra* o modelo capitalista dependente anterior (herdado de Getúlio, Juscelino e a ditadura militar) e *contra* o modelo que resultará da aplicação do projeto neoliberal, e isto é, busca bloquear a *proposta de um terceiro modelo* de superação do atual, de negação do neoliberal, que acumule e aponte ao socialismo, à emancipação dos trabalhadores.

Mas o atual embate *entre* a propaganda neoliberal e a CUT pode *deslizar para o interior da Central* se o impasse que o movimento sindical combativo vive na conjuntura se prolongar e setores da vanguarda *tiverem necessidade de uma nova ideologia* que explique e legitime sua impotência frente à reestruturação capitalista. A maneira de evitar esse *deslizamento* é a capacitação da vanguarda para enfrentar o projeto neoliberal desde o local de trabalho até a esfera nacional.

Conclusões provisórias

Alguns setores empresariais e esferas governamentais já de início colocaram problemas, mesmo para cumprir os itens do Acordo proposto no dia 27 - isso faz pressagiar que haverá intensa polêmica pública sobre quem é o *culpado da crise* e de sua continuidade.

Mas se ao sabor das manobras de empresários e governos for entendida essa negociação como um evento efêmero se perderá de vista que *uma certa reestruturação já está em curso* e que os trabalhadores se defrontam com ela a cada momento. É necessário discutir o Acordo e as propostas contidas no documento "*Reestruturação...*" como capítulos dessa batalha cujo desfecho está em disputa, e onde *quem decidirá o curso final dos fatos será a atuação do próprio movimento operário brasileiro*. □

5 de abril de 1992

Lenin, para além das certezas

Miguel Romero

Quando se fala tanto, e com tantas boas razões, de "marxismo aberto", por que não se fala também de "leninismo aberto"? Tomando como pretexto esta pergunta, pode-se colocar algumas questões interessantes.

Lenin o praticou amplamente, com bons resultados e bons critérios: firme em suas convicções, pouco apegado a fórmulas, mesmo as criadas por ele mesmo, capaz de realizar mudanças transcendentais (incluindo um giro tão radical na estratégia do partido, como as **Teses de Abril**) quando a realidade dava razões para fazê-lo, e com pouco gosto para intermináveis debates sobre questões de fundo.

O sentido da rigidez

É verdade que as codificações do "partido leninista" são sistemas fechados, uma articulação bastante rígida de conceitos (vanguarda-programa-consciência de classe) e normas de funcionamento (os "centralismos democráticos"): é assim desde cedo na versão burocrática, obra de Zinoviev, que inspirou as organizações que tiveram alguma relação com o estalinismo; também há bastante disso nas concepções tradicionalmente defendidas pela esquerda revolucionária, esforçando-se para dar ao partido de vanguarda um conteúdo democrático. Mas a rigidez está na codificação, não em Lenin.

De outra parte, a maioria da militância da esquerda radical conhece muito melhor a Lenin do que a Marx, e mais ainda conhecem a Marx através de Lenin, o que não deixa de colocar muitos problemas. Para "abrir" o marxismo, para problematizá-lo, para colocar pontos de interrogação onde antes havia certezas, questionar o próprio Lenin é um exercício útil.

E por fim, uma idéia a mais: tratar as idéias, a teoria revolucionária como uma obra aberta não é, de um ponto de vista militante, fundamentalmente um problema individual de clarear a mente ou de trocar as leituras. É um problema coletivo: depende da natureza do partido em que se milita. É o partido a chave que permite abrir ou fechar o marxismo, o que permite desenvolvê-lo como um pensamento crítico e vivo ou convertê-lo em dogmas e ou fogos de artifícios.

O projeto de construir um coletivo para lutar pela revolução socialista, o convencimento de sua necessidade, a tarefa de fazê-lo eficaz, o prazer de realizá-la, tudo isto vai na contra-corrente deste nosso mundo, que a cada dia mais razões nos dá para lutar, mas não mais esperanças.

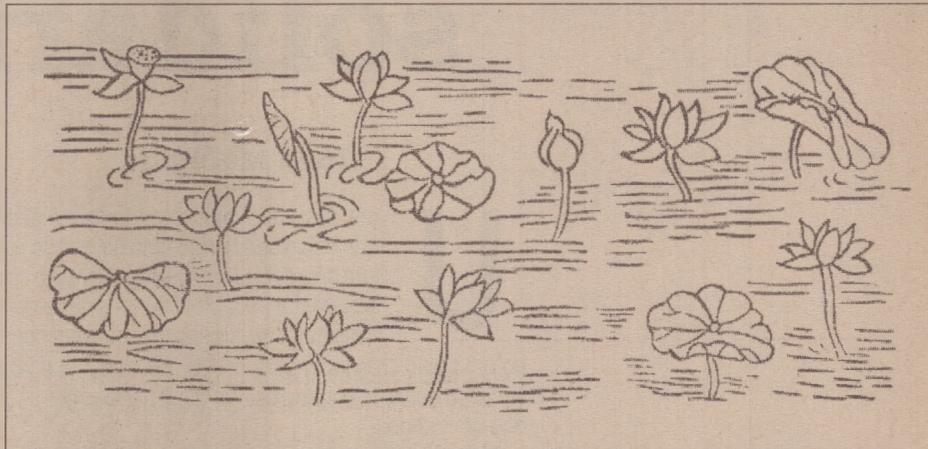
Reconhecimentos

Em seu conteúdo político, a idéia de vanguarda se baseia, em nossa tradição, no programa. Nele está o projeto político do partido o cimento de sua unidade e até a sua razão de ser, que poderia resumir-se na realização do programa.

A experiência e a reflexão têm conduzido numerosas correntes revolucionárias a uma idéia muito mais aberta de programa. De uma série de teses articuladas, passou-se a um conjunto de princípios, objetivos e tarefas com nível diverso de verificação e no que não estão, ou estão em forma hipotética, idéias que já há algum tempo se consideravam seguras. Nestas condições, a homogeneidade programática de uma organização é obviamente menor, não porque tenha opiniões sobre menos temas, senão porque inevitavelmente haverá atitudes, sensibilidade, interpretações ou idéias mais diferentes do que antes entre os seus próprios integrantes em muitas questões desta natureza.

Mesmo que seja necessário tratar de avançar em questões programáticas em qualquer etapa, temos que reconhecer que agora, no Ocidente, estamos em uma situação de "desordem" programática no campo revolucionário.

Se modificou-se a relação vanguarda-programa, como essa modificação afeta o partido? Destacaria três aspectos que convergem à mesma conclusão.



Todas as rebeldias

O primeiro que pesa mais no papel da vanguarda são as questões ligadas a prática do partido na sociedade, sua atitude ante o sistema, a identificação com todas as formas de rebeldias e, por fim, as idéias mais gerais sobre a sociedade pela qual lutamos. Não tanto um modelo de organização sócio-política, senão bem mais um pensamento utópico, no bom sentido da palavra, o que ainda não existe, que se definiria mais por sistemas de valores, pelas formas de organização social ligadas a estes (auto-organização, por exemplo), que por tramas institucionais. Se admitirmos isto, é claro que nestes terrenos se partilham idéias e ações com muita gente, com a qual não se partilham, mais ou menos amplamente, questões de programa. Há pois um alargamento dos limites políticos tradicionais da idéia de vanguarda.

Em segundo lugar, admitindo a necessidade de manter um nível de trabalho regular sobre temas programáticos, parece claro que este trabalho teria, sobretudo, as características de uma investigação. Mas essa é uma tarefa na qual se demora a chegar idéias conclusivas, que somente é produtiva realizando ensaios, erros e novos ensaios, em que é conveniente termos vários caminhos de trabalho.

A partir desta idéia, qual seria o conteúdo político de uma organização? Haverá elementos comuns de grande valor, mas o que se faz com o que não é comum e que pode ser duradouro? A chave para tratar estas questões é abandonar incisivamente a idéia de que o diverso divide e só o que é comum une. Lula coloca muito bem este tema: o que faz a unidade política da organização é a sua própria diversidade, o reconhecimento como patrimônio do partido do que é e do que não é comum, e seu direito à existência na vida cotidiana do partido.

O centralismo democrático

Que forma de organização coletiva pode estar a altura de uma situação como esta? O centralismo democrático tem uma história dogmatizada, mas tomado a sério coloca bem o problema que temos que resolver: trata-se de exercer tão coletivamente a unidade na ação, como a democracia no debate.

Sabemos por experiência que é uma coexistência difícil. Em nossa tradição temos nos preocupado especialmente dos direitos necessários para que um sistema assim possa existir.

É um aspecto decisivo do problema, mas os direitos democráticos não asseguram, por si mesmos, uma vida partidária em que o pensamento livre e a ação única se integram.

Também aqui teremos que investigar e aprender. Mas só se encontra o que se busca. O que devemos buscar é um partido cuja imagem não esteja esculpida em pedra, como estas estátuas que assistimos cair, mas desenhada como um mosaico. □

*Miguel Romero é dirigente da organização Izquierda Alternativa, do Estado Espanhol. Artigo originalmente publicado no nº 500 do jornal **Combate**, redigido no período anterior à unificação da LCR e do Movimento Comunista.*

Traduzido por Alvaro Alencar.

Por que não falamos também de "leninismo aberto"?

Enfrentamos uma situação de "desordem" programática entre os revolucionários

Impasses da solidariedade

João Machado

Uma das lutas mais importantes e decisivas que estão sendo travadas no mundo hoje é a luta pela sobrevivência da revolução cubana, ameaçada pela pressão crescente do imperialismo norte-americano, que tem conseguido um apoio crescente para asfixiar a ilha que lhe faz face. Nunca o governo cubano esteve tão isolado entre os governos do mundo.

Mas além disso, o que está acontecendo é também uma perda de apoio crescente da revolução cubana no interior da própria esquerda.

Isto se explica por muitas razões, inclusive por erros graves cometidos no passado e hoje pela direção da revolução. O erro mais grave, sem dúvida, foi a relação mantida com o assim chamado "campo socialista".

Prisioneiro de uma lógica "campista", Fidel considerou a queda das tiranias burocráticas como um fato histórico negativo; mantém uma visão quanto ao que deve ser defendido no socialismo que inclui elementos burocráticos e a rigor anti-socialistas (como o partido único e a censura à imprensa). Situa-se, assim, bastante a contra-mão da história atual.

Pena de morte

Para agravar ainda mais as coisas, tem cometido alguns erros graves, como a manutenção da pena de morte, com o fuzilamento do antigo herói da revolução, o general Ochoa, e de outros acusados no mesmo processo. Mais recentemente, o erro foi repetido com o fuzilamento de opositores que praticaram atividades terroristas.

A pena de morte é condenável em geral por razões éticas. Nestes casos, a sua aplicação é ainda condenável por razões políticas de primeiro plano. O fuzilamento de um antigo herói como Ochoa foi realizado depois de um processo sumário, que não esclareceu de forma satisfatória o ocorrido. E os fuzilamentos mais recentes foram um gesto inútil: não diminuí em nada as possibilidades de novas agressões e provocações contra Cuba.

Em todos estes casos devemos condenar os fuzilamentos, por razões éticas e políticas. Sem reduzir em nada a nossa solidariedade à revolução cubana, devemos exercitar aqui o direito de divergir (energicamente) dos seus dirigentes.

Erros, acertos e solidariedade

O problema é que um grande setor da esquerda tem-se valido de erros como esses para, de fato, baixar o seu nível de solidariedade a algo no máximo retórico. Pior: a partir também do fato de que os ventos internacionais, nestes tempos de máxima proeminência de Bush e cia, claramente sopram contra Cuba, passam a considerar que o fim está próximo, é apenas questão de tempo, e começam a querer se livrar da carga da obrigação de defender Cuba.

De outro lado, muitos dos que continuam a se empenhar na defesa da revolução cubana acreditam que isto elimina qualquer possibilidade de crítica. Ou seja: começa a crescer a polarização no interior da esquerda entre abandono da solidariedade de fato e solidariedade acrítica.

É preciso lutar energicamente contra isto, por uma solidariedade total, incondicional, e crítica. Solidariedade incondicional não pode ser confundida com incondicionalismo político.

A base para esta posição de solidariedade crítica é o fato de que a revolução cubana foi e continua sendo uma enorme conquista, fundamental para a luta antiimperialista e socialista, e que ao mesmo tempo tem enormes problemas; e de que, na verdade, o cerco que Cuba sofre hoje se explica basicamente pelos acertos da revolução, e não pelos seus erros.

Não são as violações à democracia ou aos direitos humanos que explicam as ameaças a Cuba. Como é evidente, o regime dos EUA viola muito mais a democracia e os direitos humanos (promovendo invasões sangrentas de outros países e mantendo a pena de morte, por exemplo) do que Cuba.

Se se julgar que a comparação com um país imperialista não é boa, podemos considerar a China. Também a China tem violado muito mais a democracia e os direitos humanos do que Cuba. E não há cerco a este país, pelo contrário.

Subversão da ordem

A razão fundamental do cerco a Cuba e das ameaças muito concretas contra a sua soberania está em que o regime cubano continua a ser, muito mais do que qualquer outro, um fator de subversão da ordem mundial imperialista; embora este fator seja hoje muito mais potencial do que presente, não deixa por isto de ser real. Por razões variadas, inclusive o interesse dos Estados Unidos em um mercado potencialmente tão grande, o regime chinês colabora muito mais do que se opõe à ordem imperialista.

Isto significa que os erros dos dirigentes cubanos não têm nenhuma importância? Claro que não. Estes erros enfraquecem a solidariedade, facilitam a propaganda pró-imperialista, contribuem para uma diminuição do apoio interno ao regime, tornam qualquer saída mais difícil.

Mas a razão fundamental para que uma parte considerável da esquerda diminua sua solidariedade não são esses erros, mas sim, uma crescente submissão ideológica aos valores e à política do imperialismo.

Qual seria a consequência de uma derrota do regime cubano?

Diminuiria consideravelmente a oposição real ao imperialismo norte-americano. Seria muito reforçada a idéia - muito presente entre revolucionários ou ex-revolucionários sobretudo depois da derrota eleitoral sandinista - de que não é possível uma oposição radical ao imperialismo, que é necessário limitar nossa política ao que é aceitável para o governo Bush. Seriam muito reforçadas estranhas teorias como a que setores dos revolucionários salvadorenses defendem hoje, de que é preciso fazer uma revolução à qual não se oponha o governo Bush, ou que inclusive conte com o seu apoio.

Ou seja, na hipótese de uma derrota do regime cubano, a luta antiimperialista e socialista ficaria notavelmente enfraquecida, a hegemonia e a capacidade de pressão política e ideológica do imperialismo seriam muito ampliadas. O mundo ficaria um tanto mais difícil do que hoje.

E esta derrota não é de maneira nenhuma inevitável. Só é inevitável se imaginarmos que o atual quadro de controle internacional pelo imperialismo vai se manter por muitos anos. E isto não é verdade; os sinais de crise (no leste europeu, na América Latina) têm se multiplicado. Embora num quadro muito difícil, as indicações são de que o grau de apoio popular ao regime cubano, o sentimento de dignidade antiimperialista permitirão uma resistência por muitos anos.

Para concluir: é uma incoerência total diminuir o apoio à revolução cubana em nome da liberdade ou da democracia. A queda do regime não levaria à liberdade, mas sim à submissão ao governo dos EUA, à perda da dignidade nacional.

A revista **Teoria e Debate**, num editorial que diz muitas coisas certas, mas que de conjunto é inteiramente incorreto, conclui com a frase de que Cuba é uma ilha "que já foi inspiração e por vezes o paradeiro dos nossos melhores sonhos de liberdade". O passado do verbo não é inocente.

Como não podemos conceber uma liberdade que não seja real emancipação em todos os sentidos, inclusive emancipação nacional, soberania, dignidade nacional; como não podemos conceber uma liberdade concedida pelos nossos opressores, o que temos de afirmar é que Cuba, neste sentido continua a ser a inspiração de sonhos de liberdade. □

O cerco de Cuba deve-se aos acertos da revolução e não a seus erros

A solidariedade deve ser total, incondicional e crítica



Corrida ao lucro destrói natureza

A realização da ECO-92, no mês de junho no Rio de Janeiro, vem sendo alardeada como um dos mais importantes eventos da década. Mas são expectativas falsas, para um acontecimento antes de tudo publicitário. Há uma série de precedentes no descompromisso dos governos dos países imperialistas e dos organismos internacionais para com a defesa do meio-ambiente que justificam esta previsão.

Publicamos a seguir uma versão editada de um longo artigo de François Moreau, militante canadense, que relata a trajetória da questão ecológica nos organismos mundiais ao longo das últimas duas décadas e os desafios que coloca para o movimento socialista.

A questão ecológica não é, porém, um problema apenas dos países capitalistas. Os desvairados tecnocráticos da burocracia da ex-URSS, com suas faraônicas obras de "domesticação" da natureza, provocaram danos gigantescos ao meio ambiente. O artigo do suíço Robert Lochhead que publicamos na página 14 descreve a tragédia do Mar de Aral.

François Moreau

Os movimentos verdes deram uma enorme contribuição à tomada de consciência do caráter mundial dos problemas ecológicos com os quais a humanidade está confrontada. Nenhum país, nenhuma região escapará incólume se o resto do mundo ou regiões importantes conhecerem um colapso ecológico. A desapareção da camada de ozônio afetará todo o planeta.

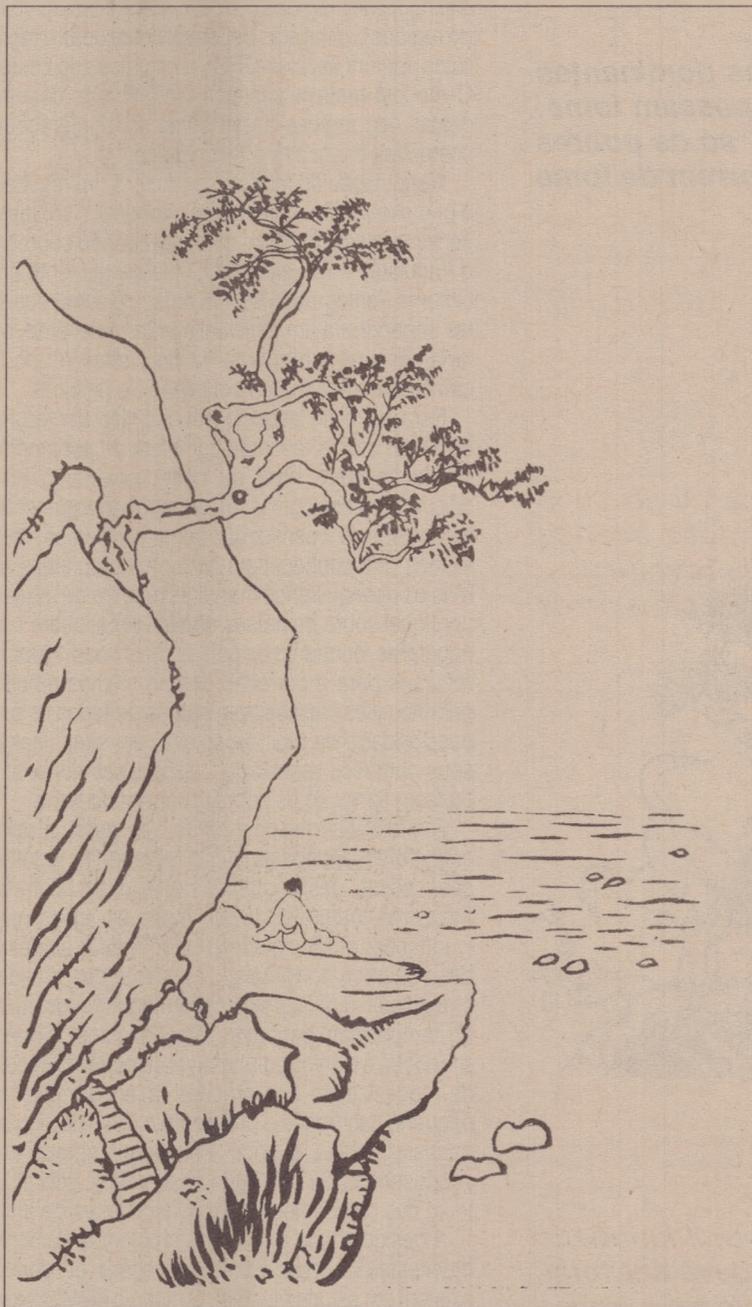
De fato, apenas uma ação articulada em escala mundial permitirá superar os gravíssimos problemas ecológicos da atualidade. De nada serve, por exemplo, suprimir a produção, em um dado país, de elementos químicos tóxicos responsáveis pela destruição da camada de ozônio, se as multinacionais da indústria química deslocam a sua produção para outro país onde o movimento ecológico é mais fraco. A proibição deve ser universal para ser eficaz.

A própria burguesia internacional começa a compreender isso, ou pelo menos seus representantes mais esclarecidos. A imagem da nave espacial Terra, da qual somos todos e todas passageiros jamais foi tão utilizada e maltratada, não somente como apresentação visual da situação, mas também para difundir a idéia de uma comunidade fundamental de interesses de todas as classes e nações face ao futuro do planeta. Mas longe de tornar caducos os antagonismos sociais, a ameaça de naufrágio ecológico planetário, ao contrário, leva-os ao paroxismo. É como a situação do "Titanic", onde se produziu uma forma específica de luta de classes ao redor da apropriação dos botes salva-vidas: 75% da primeira classe sobreviveu, enquanto 75% da terceira classe afundou. A situação não é diferente hoje.

Limites planetários no relatório Meadows (1972)

Os futurólogos delineavam, até o fim dos anos 60, um futuro de progresso tecnológico ilimitado, de expansão econômica contínua e de elevação segura do nível de vida de toda a humanidade. A expressão mais acabada disso foi a obra de Herman Kahn, **O ano 2000**, publicada em 1967, onde o crescimento econômico rápido dos anos 1950-1965 era extrapolado para as décadas vindouras.

Este otimismo hipócrita e apoloético foi fortemente abalado pela publicação, em 1972, de um relatório do Clube de Roma sobre os limites do crescimento, realizado por uma equipe de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), sob a direção de Dennis Meadows (D. Meadows e outros - **The limits to growth**. New American Library, New York, 1972). Através de técnicas de simulação utilizadas na dinâmica de sistemas, os autores quiseram determinar se as tendências atuais de desenvolvimento poderiam ser mantidas no futuro. Eles chegaram a uma



conclusão das mais categóricas: a de um colapso ecológico planetário inevitável em meados do próximo século, se o crescimento exponencial da população e da produção industrial e agrícola em escala mundial não fosse suspenso.

As causas do colapso nas projeções da equipe Meadows situavam-se nos limites do crescimento. A Terra contém uma quantidade determinada de recursos não-renováveis, ela possui uma superfície agrícola finita e sua capacidade de absorção de dejetos tóxicos do processo industrial não é ilimitada. Segundo a equipe Meadows, quaisquer que sejam os progressos futuros em matéria de reciclagem de recursos, de produtividade agrícola ou de controle da poluição, a continuidade do crescimento industrial terminará, inevitavelmente, por se chocar com os limites planetários.

Estas conclusões foram, evidentemente, objeto de muitas críticas nos anos seguintes. A questão dos recursos não-renováveis é um bom exemplo destas discussões. Em sua projeção, o grupo Meadows não levou em conta o progresso técnico que permite explorar jazidas antes impossíveis de serem utilizadas, como foi o caso desde o início da industrialização.

Mas as críticas mais sérias feitas ao modelo não diziam respeito aos aspectos técnicos do problema. Ele tomava a humanidade como um bloco, de um lado, com suas indústrias poluidoras, face à natureza, de outro, sob a forma de

O relatório Meadows demonstrou a existência de limites planetários ao crescimento

limites planetários. Isso se manifestava particularmente na utilização de médias mundiais e totalizações mundiais, abstraindo totalmente o fosso entre o centro e a periferia.

A segunda geração de modelos

O segundo modelo do Clube de Roma, publicado em 1974 por Mihajlo Mesarovic e Eduard Pestel, procurou superar certas lacunas do primeiro e avançar na problematização dos equilíbrios ecológicos planetários. Ao contrário do modelo Meadows, com suas totalizações mundiais, este modelo distinguia dez regiões com características particulares: quatro regiões capitalistas desenvolvidas, quatro regiões capitalistas periféricas, a ex-URSS e os países do Leste e a China. O modelo tentava captar a dinâmica de desenvolvimento destas dez regiões assim como suas interações no plano comercial, financeiro e tecnológico.

A simulação do modelo conduziu a um resultado notável: a primeira região do mundo a conhecer o colapso ecológico seria o sudeste da Ásia, compreendendo sobretudo a Índia, o Paquistão e Bangladesh. O fosso crescente entre o crescimento demográfico destes países e seus recursos agrícolas engendraria um déficit alimentar crescente, o que resultaria em uma fome massiva por volta do ano 2025, uma catástrofe que atingiria um bilhão de pessoas.

Para além do aspecto apocalíptico desta projeção, ela conduziu a uma reversão completa de perspectivas quanto a relação entre nível de desenvolvimento econômico e dificuldades ecológicas. Até então, era largamente dominante a tendência a pensar que seriam os países mais industrializados que conheceriam os piores problemas ambientais. Mas os desequilíbrios mundiais recaem de maneira desproporcional sobre os países dominados e sobre suas classes populares, enquanto os países mais ricos podem consagrar recursos para a correção dos problemas ambientais mais gritantes e as classes dominantes de todos os países tem a possibilidade de fugir da sujeira, em suas ilhas privadas e seus domínios reservados. As classes dominantes jamais passam fome; só os pobres morrem de fome.

A mídia internacional tende, em geral, a apresentar as catástrofes ecológicas como fenômenos naturais: inundações, secas, deslizamentos de terrenos... Entretanto, estes desastres "naturais" devem muito às ações humanas. As inundações em Bangladesh estão ligadas ao desmatamento das vertentes do Himalaia, nascente dos grandes rios que atravessam o país. Este desfloretamento resulta da pressão do campesinato por novas terras e fontes de energia, já que a madeira é o único combustível disponível. Resulta também da mecanização das grandes fazendas, que expulsam o pequeno camponês e provocam o desemprego dos assalariados agrícolas, quando a economia urbana e a indústria subdesenvolvida não pode absorvê-los, sobretudo no contexto das crescentes políticas neoliberais de austeridade.

A desigualdade diante dos problemas ecológicos é uma manifestação específica das relações de dominação que existem em escala mundial. O modelo de Mesarovic e Pestel capta empiricamente esta realidade e retira suas eventuais consequências em termos de ruptura do equilíbrio, em primeiro lugar para os países do sudeste da Ásia. Entretanto, não tira as conclusões apropriadas quanto à natureza social das crises ecológicas. As relações entre a humanidade e a natureza são feitas por intermédio de um modo de produção que hierarquiza nações e classes em escala mundial.

O segundo relatório ao Clube de Roma avançava, como solução, a perspectiva de um "crescimento orgânico" equilibrado entre as diferentes regiões do mundo. Ao mesmo tempo, o grupo japonês do Clube propunha aos países desenvolvidos consagrarem cerca de 1% de sua renda anual para ajuda, sem contrapartida, aos países periféricos.

Relatório Tinbergen (1976)

A necessidade de uma "nova ordem econômica internacional" tornou-se um tema maior na segunda metade dos anos 70. O Clube de Roma publicou em 1976 um novo relatório preparado por Jan Tinbergen (org.) - **Reshaping the international Order**. Dutton, New York, 1976. Ele apelava para uma melhor cooperação internacional e uma transferência de recursos financeiros e técnicos dos países do Norte para os do Sul, com o objetivo de se atingir a satisfação das necessidades humanas fundamentais. Mas o principal interesse do relatório é que ele se aventurava a levantar a necessidade de mudanças estruturais importantes para assegurar este objetivo. Ele falava de reforma agrária "onde ela

fosse necessária" e da redução de despesas militares consideradas como um desperdício insano de recursos num mundo onde há tanto a fazer.

O relatório destacava também as flutuações importantes dos preços das matérias primas e sua tendência geral à baixa com relação aos preços dos manufaturados. Para alterar esta situação, o relatório Tinbergen propunha a instauração de uma taxa mundial sobre as matérias primas que seria controlada por um organismo internacional e cujo fruto seria colocado à disposição dos países do Terceiro Mundo para financiar projetos de desenvolvimento. A alta do preço das matérias primas estimularia sua utilização mais parcimoniosa e o prolongamento das reservas, além de transferir recursos financeiros para a periferia. É desnecessário dizer que este projeto permaneceu letra morta em virtude da oposição das grandes potências capitalistas importadoras de matérias primas, com os Estados Unidos à cabeça. Foi esta a sorte também de outros projetos de "nova ordem econômica internacional" como o formulado em 1980 pela Comissão Brandt.

No final dos anos 70 a orientação política dos governos ocidentais registrou uma inequívoca virada para a direita, simbolizada pela chegada ao poder de Thatcher, Reagan e Kohl. As leis do livre mercado foram glorificadas como nunca. Os ideais keynesianos (e social-democratas) de estabilização econômica e de redistribuição de rendas foram jogados no lixo em troca de uma glorificação da concorrência aguda e das desigualdades "naturais".

Crise ecológica e econômica

Apesar de sua oposição total a nível das previsões de longo prazo, as análises de Meadows e do Clube de Roma tem um ponto em comum com as de Kahn e companhia: não analisam a existência de contradições internas ao modo de produção capitalista. A crença na possibilidade de um desenvolvimento ilimitado do capitalismo - a excessão de alguns limites planetários - era parte da atmosfera intelectual dos anos 60. Os economistas burgueses estavam convencidos que as crises eram agora coisa do passado, graças às técnicas keynesianas de estabilização econômica.

A entrada do sistema capitalista num período de crescimento reduzido a partir do final dos anos 60 (ou em meados dos anos 70, segundo o autor) é hoje consenso entre os analistas, ainda que as causas do fenômeno sejam mais controversas. Quais são suas consequências do ponto de vista dos equilíbrios ecológicos de longo prazo?

A diminuição do crescimento não resulta de nenhuma decisão consciente, mas de uma crise estrutural cujo peso recai sobre as classes e povos dominados. Camadas cada vez mais largas das massas pauperizadas da periferia são jogadas abaixo do nível de sobrevivência, o que aumenta a pressão sobre o meio ambiente, principalmente sobre as terras e as florestas. A abertura forçada ao mercado mundial conduz muitos países a um caminho de industrialização destrutiva. As restrições orçamentárias draconianas impostas por estas políticas comprometem ainda mais os magros recursos consagrados à defesa e proteção do ambiente.

Nos países desenvolvidos, a crise e a restauração do primado integral da empresa privada e da concorrência desenfreada choca-se diretamente com os esforços de regulamentação na questão ambiental, da poluição aos dejetos tóxicos, passando pela superutilização dos recursos, sob a pressão da concorrência.

Vítimas culpadas

A virada para a direita da burguesia traduziu-se igualmente, no plano ideológico, na reabilitação das teses malthusianas mais clássicas, para as quais o crescimento incontrolável da população mundial constitui a causa última do risco de uma catástrofe ecológica. Volta a se colocar o tema do "perigo amarelo", porque este crescimento concentra-se hoje na periferia capitalista, face à virtual estagnação demográfica dos países imperialistas e industriais em geral. A tese malthusiana corresponde exatamente às relações de dominação que operam hoje em escala mundial entre as classes dominantes burguesas do centro imperialista e as massas populares da periferia.

Mas onde as estruturas sociais são radicalmente alteradas, tudo isso se transforma muito rapidamente. Podemos citar exemplos como Cuba, onde a revolução promoveu uma melhoria sensível das condições de vida no plano da alimentação e da saúde, ligadas a uma forte elevação do nível de

**As classes dominantes
jamais passam fome;
só os pobres
morrem de fome**



**A raiz da degradação
ecológica é a busca do
lucro privado**

educação e emprego. A revolução também conduziu a uma melhoria do estatuto da mulher. Os idosos podem agora contar com uma aposentadoria garantida. E tudo isso provocou o alinhamento das tendências demográficas de Cuba com as dos países capitalistas avançados em poucos anos.

Nosso futuro comum (1987)

A envergadura mundial dos problemas ecológicos e sua dimensão social encontraram sua expressão mais solene no relatório Brundtland, produzido pela comissão das Nações Unidas para o meio ambiente e o desenvolvimento. Gro Harlem Brundtland é atualmente primeiro ministro social-democrata da Noruega; seu relatório foi publicado com o título de **Our common future**. Oxford University Press, 1987. A importância deste relatório reside não somente no fato de que ele representa o reconhecimento oficial da necessidade urgente de uma ação articulada em escala mundial para dissipar os múltiplos perigos que pressionam o meio ambiente, mas também de que a fonte destes perigos situa-se nas estruturas socio-econômicas existentes. Mas, de outro lado, o relatório Brundtland não ultrapassa o nível de uma crítica liberal ou social-democrata das desigualdades de renda e de poder, constituindo um apelo para a colaboração de classes em escala mundial entre as forças sociais de cada país, sobre a base de interesses supostamente comuns a todas as nações e todas as classes sociais na preservação do meio-ambiente, como afirma claramente seu título.

A raiz última da degradação ecológica encontra-se na busca do lucro privado, fundamento do capitalismo. Isto cria uma contradição entre o lucro a curto prazo das empresas privadas e o interesse a longo prazo da humanidade. Esta contradição é evidente quando se adota o ponto de vista da empresa que emprega produtos químicos tóxicos e confronta-se com duas possibilidades: dispor destes produtos de forma que eles não sejam nocivos ao meio ambiente a custos

elevados ou jogá-los num rio com custos mínimos. É inútil dizer qual será a escolha. E isso não é um problema de má vontade, mas uma pressão econômica sobre as empresas privadas, porque se elas não jogam seus resíduos tóxicos no rio, seus concorrentes o farão.

A regulamentação estatal que é a solução apontada para estes casos não constitui jamais, em um regime capitalista, uma solução real. Os próprios governos capitalistas e suas empresas estatais estão, frequentemente, entre os piores inimigos do meio ambiente, porque eles próprios são submetidos à mesma lógica do lucro que anima a sociedade burguesa. □

Publicado em *Quatrième Internationale* nº 34. Traduzido por José Corrêa.



A crítica marxista

A incapacidade do capitalismo de assegurar um desenvolvimento harmonioso e sustentado das forças produtivas sempre foi um dos principais argumentos levantados pelos marxistas para justificar sua derrubada. Os desenvolvimentos das últimas duas décadas fornecem uma nova ilustração disso. Mas muitos marxistas preconizam também o desenvolvimento o mais rápido possível da produção como o objetivo principal do socialismo, ou mesmo o seu conteúdo.

Depois da polêmica de Marx e Engels contra Malthus, os marxistas em geral se situaram firmemente no campo dos otimistas tecnológicos, convencidos das possibilidades ilimitadas da ciência. O marxismo reivindicou-se ferozmente da luta travada pela burguesia industrial para submeter a natureza ao "Homem", num cientificismo sem reticências.

Uma das principais críticas feitas ao capitalismo residia justamente em sua presumida incapacidade de desenvolver as forças produtivas para além de um certo nível. A revolução socialista era portanto necessária... para abrir o caminho ao desenvolvimento ilimitado da produção sob o socialismo.

Esta distorção do projeto socialista original impunha-se ainda mais na medida em que as primeiras revoluções proletárias tiveram lugar em países relativamente atrasados. Os novos estados encontravam-se confrontados com países imperialistas poderosos, o que os conduziu a desenvolverem sua base produtiva o mais rapidamente possível em detrimento de outras preocupações. O estalinismo fez o restante para desfigurar os objetivos iniciais do socialismo e substituí-los pelo culto dos índices de produção.

Os movimentos ecologistas hoje nos questionam, fazendo-nos tomar consciência dos limites naturais do ecossistema planetário e forçando uma reformulação do projeto socialista à luz dos estrangimentos ecológicos incontornáveis que

nos são impostos.

Rejeitar o produtivismo

Mas esta necessidade de revisar a versão cientificista e produtivista do projeto socialista veiculado no século XX constitui uma boa ocasião para voltarmos ao projeto socialista inicial, aquele de Marx e Engels. Porque não se trata de procurar a produção pela produção nem de colocar um sinal de igualdade entre a felicidade e o consumo material. Trata-se de permitir aos seres humanos desenvolverem plenamente suas potencialidades como pessoas, liberando-os das relações de dominação e de opressão próprias da sociedade de classes, elas próprias baseadas nas pressões materiais engendradas pela penúria.

Marx estava convencido que o progresso tecnológico iria permitir a satisfação plena das necessidades humanas liberando toda a humanidade do trabalho monótono, repetitivo e alienante característico do capitalismo. Passado um certo ponto correspondente à satisfação das necessidades humanas, o crescimento posterior das forças produtivas não se traduziria no inchaço do volume de produção, mas na redução do tempo de trabalho e no crescimento do tempo livre, até finalmente a automatização integral da produção. A humanidade sairia então do reino da necessidade para entrar no da liberdade.

No projeto socialista original a emancipação da humanidade dos estrangimentos materiais e a abolição da penúria constituiria a base material de uma sociedade sem classes, livre e plenamente igualitária. O marxismo é produtivista unicamente no sentido em que procura o máximo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho humano, justamente com o objetivo de libertar a humanidade do próprio trabalho. Isso não quer, necessariamente, dizer o desenvolvimento máximo do volume físico da produção material. Trata-se de satisfazer as necessidades humanas fundamentais, biológicas e socialmente determinadas.

Para além deste ponto, não há razão para expandir-se a produção material e os progressos tecnológicos subsequentes podem ser consagrados ao aumento do tempo livre.

Ecologia e socialismo

Os avanços recentes da microeletrônica e da robótica deram a estas projeções uma nova credibilidade no plano tecnológico, mas sua introdução sob controle capitalista no quadro de uma economia de mercado inverte completamente seu potencial libertador, para transformá-las em instrumentos suplementares de submissão e alienação, assim como causa de desemprego.

Como perspectiva, é necessário repensar os modelos de consumo e de habitat construído pelo capitalismo avançado, centrado principalmente no automóvel individual, na casa de subúrbio e no arranha-céu no centro da cidade, dispositivos dos mais anti-ecológicos que se possa imaginar. Eis a amplitude da reestruturação a ser feita, que passa pelo desenvolvimento da moradia social, da difusão espacial das atividades comerciais ou industriais, da substituição do automóvel individual pelo transporte coletivo.

Os imperativos ecológicos exigem também a proscrição pura e simples de um grande número de produtos, de técnicas, de métodos de produção ou mesmo de indústrias completas - intrinsecamente perigosas e, a longo prazo, inviáveis - como a nuclear. Daí deriva a necessidade de uma estratégia energética baseada em fontes renováveis e não no esgotamento dos recursos não-renováveis como o petróleo. Trata-se de toda a indústria moderna que tem que ser repensada, porque ela repousa sobre o uso massivo de recursos não-renováveis. Donde a necessidade de um considerável esforço de pesquisa para estruturar alternativas viáveis do ponto de vista ecológico e legítimas de um ponto de vista socialista.

Algodão matou o mar de Aral

Robert Lochhead

O mar de Aral, situado na Ásia central, a leste do mar Cáspio, entre as repúblicas soviéticas do Casaquistão e do Uzbequistão era até 1960 o quarto lago em superfície do mundo. Hoje ele não é mais do que o sexto, perdeu cerca de 40% de sua área e 60% de seu volume de água como consequência de gigantescos desvios de seus afluentes para irrigar culturas de algodão. As margens deste que era um mar cheio de peixes, transformaram-se em um deserto de sal. O "mar" restante está morto. A monocultura "planificada" do algodão envenenou a região.

Um canal ... para o vazio

Em 1960 o mar de Aral tinha uma superfície de 67.200 km² (a Lagoa dos Patos/RS tem cerca de 10 mil km²), com uma linha costeira de 300 km. Hoje as margens diminuíram cerca de 65 km. O Aral é um mar interior, sem nenhuma saída de água que não a evaporação, alimentado por duas grandes correntes que descem das montanhas do Afeganistão, ao norte o rio Syr Darya com 2.200 km e ao sul o Amou Darya com 2.500 km. Entre 1926 e 1960 foram desviados dos dois rios cerca de 55 milhões de metros cúbicos de água. A bacia do Aral foi local de aplicação dos "grandes planos" com objetivo projetado de, mais do que dar à URSS auto-suficiência em produção de algodão, coloca-lo como exportador, a fim de gerar divisas.

Foram irrigadas no Uzbequistão e no Turquemenistão gigantescas planícies para desenvolver uma monocultura algodoeira. Na bacia do Aral a superfície irrigada passou de 3,5 milhões de hectares em 1930 aos 6,8 milhões atuais. Em 1954 começaram os trabalhos do Kara Kum, um canal de 1.300 km para desviar as águas do Amou Darya para o Turquemenistão. Em 1956 este canal, o maior do mundo, foi inaugurado. Nos anos 80 a saída de água na foz do rio Amou Darya caiu a 2 milhões de metros cúbicos e no Syr Darya chegou a zero. Mas a produção de algodão dobrou em relação a 1954.

Ciência e socialismo?

Em 1973, no artigo sobre geografia soviética, a **Enciclopédia Universal** francesa, constatou que a URSS estava em primeiro lugar no mundo em crescimento da superfície irrigada, e escreveu estusiasmaticamente: "A expressão *"transformação da natureza"* designa na União Soviética uma série de grandes obras, estendendo-se por longos períodos, aplicando-se a vastos espaços... O acréscimo de terras cultiváveis se traduz em um ganho em produção, e a aplicação conjugada da ciência e socialismo permite colocar em cena estes gigantescos planos."

A **Enciclopédia Universal** esqueceu de acrescentar dois outros elementos: a censura e a polícia. Pois semelhante operação não poderia ter sido efetuada sem silenciar e reduzir a impotência as populações ribeirinhas. As bases de sua existência desapareceram. A cidade de Muntaryk, na costa sul, possuía um porto onde cerca de 60 mil pessoas estavam empregadas nas empresas de pesca e em uma grande usina de conserva de peixe. Muntaryk contribuía com 3% da produção pesqueira da URSS. Hoje em razão da evaporação não compensada pela entrada de água dos afluentes, o Aral é um mar duas vezes mais salgado que o

Oceano Atlântico e nenhum ser vivo sobreviveu. É um mar morto. E a cidade de Muntaryk esta hoje a 32 kilometros do mar.

Mar de sal

Junto com o Aral todo o lençol freático baixou. Falta água nos poços da região. As temperaturas baixaram nos invernos e aumentaram nos verões. Os ventos carregam 43 milhões de toneladas de sal e sulfato de sódio por ano. As pessoas sofrem doenças nos olhos, lábios e nas gargantas ressequidas. No hospital de Nukus, a 190 km de Muntaryk, haviam 74 casos de câncer de esôfago em 1959, já em 1989 houveram 366 casos, cinco vezes mais em uma população que apenas dobrou de tamanho.

Nos campos de algodão irrigados, a situação hoje não é melhor. A poluição causada por pesticidas e desfolhantes usados nas colheitas (DDT e Butifos), atingem níveis apavorantes. São encontrados no leite da amamentação. O Uzbequistão tem uma renda por habitante que é a metade da renda média da ex-URSS e a maior mortalidade infantil. A água dos canais de irrigação traz o sal do subsolo. A cada ano, para manter a mesma produtividade, precisa-se de maior quantidade de água para lavar o sal, senão mata as mudas. O círculo vicioso força a abandonar umas áreas para cultivar em novas áreas. O desperdício de água é grande.

O início de uma luta

A defesa do Aral e o ódio ao algodão mobilizaram os ecologistas e os nacionalistas uzbequis. O escritor Mukhammad Salikh, membro do comitê "Salvar o Aral", declarou aos jornalistas da revista americana **National Geographic**: "As medidas tomadas pelo governo para corrigir o problema são insuficientes. Para começar ele deveria reconhecer que é o algodão a causa do estado que chegou o mar de Aral. Mesmo poder falar e escrever já é alguma coisa. Antes era impossível escrever sobre isto, mas todos conheciam os fatos."

Em 1989 a equipe do **National Geographic** esperou dois meses a autorização solicitada. Depois da *glasnost*, a defesa do mar de Aral tornou-se um tema do movimento democrático e ecológico de toda a URSS, que propôs a introdução de outras culturas menos consumidoras de água e mais nutritivas que o algodão. Mais eles chocaram-se contra o poder do Ministério da Agricultura e dos Recursos Hidráulicos.

Desde 1986 que medidas de racionalização do uso de água são tomadas. A demanda estatal de água diminuiu. Em 88 a entrada de água voltou a ser novamente 12 milhões de metros cúbicos. As autoridades ministeriais prometeram elevar a 21 milhões, ainda que para estabilizar o nível do mar no atual estágio sejam necessários 31 milhões. Isto significa reduzir pela metade a produção de algodão. O governo não aceita uma diminuição maior das áreas cultivadas no Uzbequistão.

Isto que se chamava de "planificação" na URSS não passava de uma imposição brutal de um reduzido número de grandes objetivos, declarados prioritários pelos burocratas, pelos quais tudo deveria ser sacrificado. O drama do Aral eles o conhecem. A revista russa **Novidades de Moscou** publicou a foto da primeira criança do Turquemenistão morta de fome a três anos e meio de idade. □

Publicado originalmente no jornal **La Brèche**, Suíça, em maio de 1990. Traduzido por Alvaro Alencar.

O quarto lago do mundo está morto, com uma salinidade duas vezes anormal

A "planificação" na URSS não passava de uma imposição de alguns grandes objetivos



Para onde vai a crise?

Uma análise teórica dos impasses do capitalismo

Este artigo, que publicamos em uma versão editada, foi elaborado a partir das discussões travadas em um seminário internacional sobre a economia mundial, realizado em outubro de 1991, no IIRF, de Amsterdam.

Trata-se de uma contribuição à análise teórica do capitalismo dos anos 80, que requer um certo conhecimento prévio do tema, mas cuja originalidade e importância justifica sua divulgação nas páginas de EMTEMPO.

Maxime Durand

Nossa análise da crise assenta-se em dois pilares. O primeiro é a compreensão, especificamente marxista, da dupla natureza de dinâmica do capital: seu funcionamento necessita de *lucros e de mercados* e é desta dupla exigência que surge uma de suas principais contradições. A segunda ferramenta a nossa disposição é a teoria das ondas longas, que insiste em que a passagem de uma longa onda expansiva para uma longa onda recessiva resulta de fatores *internos* ao sistema, enquanto o desenvolvimento das condições para uma nova onda expansiva supõe a intervenção de fatores *exógenos*. Evidentemente, isto não significa que a luta de classes seja externa à economia capitalista, mas que estes fatores exógenos não são automáticos e não estão garantidos.

Este enfoque levou os marxistas a formularem um duplo prognóstico no começo dos anos oitenta. O primeiro referia-se à iminência de uma terceira grande recessão que ocorreria (depois das de 1974/6 e 1980/2) em razão da dificuldade para o capitalismo de restabelecer os lucros e, ao mesmo tempo, criar mercados suficientes, dificuldades a que viriam agregar-se outros fatores ligados aos desequilíbrios inter-imperialistas e a desordem financeira internacional. Buscando restaurar os lucros, as políticas da burguesia tenderiam a quebrar os mercados, a desencadear uma nova recessão, desta vez do lado da demanda. O segundo prognóstico enfatizava a idéia de que não poderia haver melhoria fundamental do ponto de vista do capitalismo sem uma modificação radical entre as classes. Os enfrentamentos estavam, pois, na nossa frente.

Especificidades dos anos 80

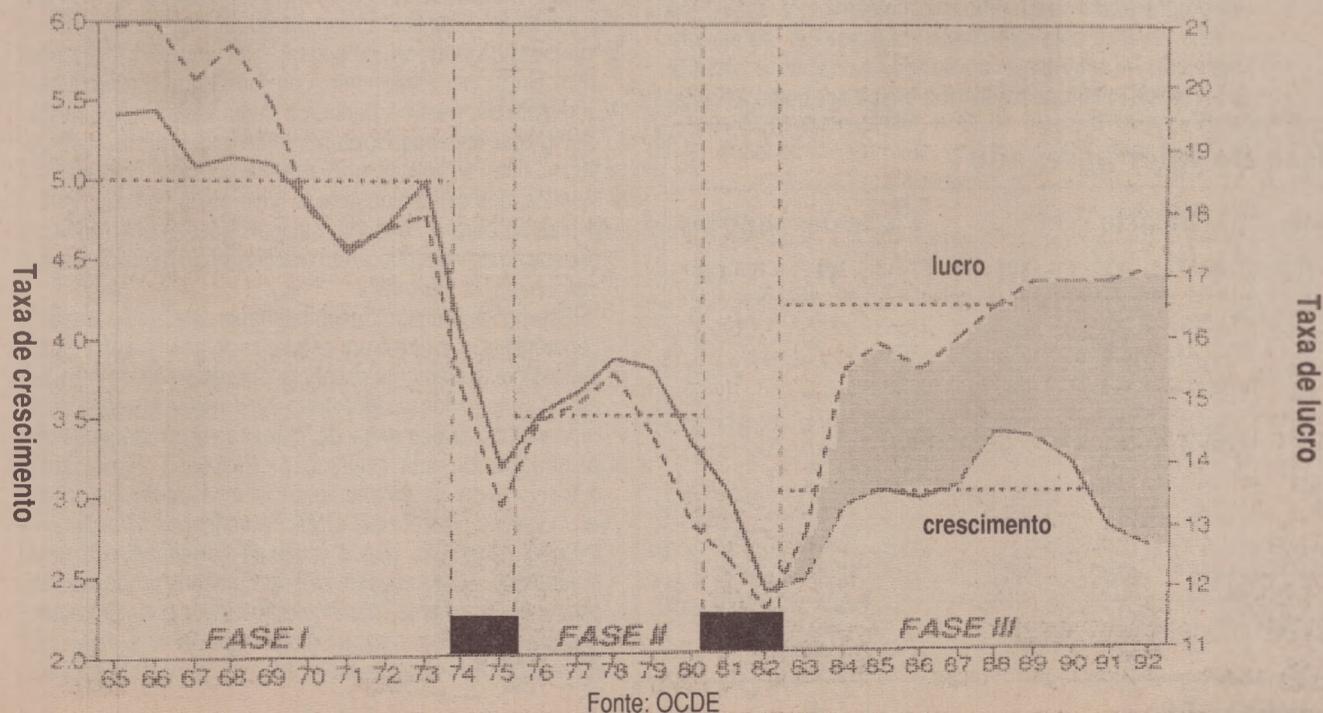
Hoje em dia é necessário constatar que *os anos oitenta desmentiram este prognóstico* em dois sentidos. Em primeiro lugar, não houve uma terceira recessão generalizada, assim como uma quebra financeira, já que inclusive o tropeção da



quebra de outubro de 1987 foi bem superado. O restabelecimento dos lucros pôde realizar-se ao mesmo tempo que se manteve uma taxa de crescimento razoável.

Para compreender as razões desta relativa boa saúde é necessário examinar mais de perto as particularidades da última década. O gráfico correspondente permite inscrever as numa perspectiva de longo prazo, a partir de duas curvas que descrevem a evolução da taxa de crescimento da produção e da taxa de lucro. Estas duas variáveis são calculadas a partir de dados da Organização para a

Lucros e crescimento - Sete principais países



ECONOMIA

Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e referem-se ao "Grupo dos 7", Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá); depois, elas foram tratadas de tal modo que foram eliminadas as flutuações.

Este gráfico é particularmente rico em ensinamentos. O primeiro resultado que salta à vista é, obviamente, o paralelismo das duas curvas, o que confirma a idéia marxista segundo a qual é a evolução da taxa de lucro que determina a dinâmica do capitalismo. O segundo é que a baixa taxa de lucro médio com a recessão americana de 1967 e segue acompanhada de uma diminuição do crescimento - que é, assim, em grande medida anterior ao "choque do petróleo" de 1973. No final desta primeira fase pode-se constatar, por outro lado, uma recuperação do crescimento em 1972 e 1973, que corresponde a um estímulo à acumulação de capital visando responder aos efeitos da pressão salarial.

Intervém então a primeira recessão generalizada de 1975-1976, assinalada por um retângulo escuro no gráfico. O crescimento e a taxa de lucro caem junto e esta queda é ainda mais marcada que a que aparece no gráfico (que, recordemos, está construída de tal maneira a "alisar" as evoluções). Depois desta primeira recessão, abre-se uma nova fase durante a qual as políticas de reativação das demandas conduzem a uma ligeira elevação do lucro e do crescimento. Estas políticas, porém, já não correspondem à amplitude da crise e a segunda recessão generalizada de 1980-1982 encerra esta segunda fase.

A virada geral ao liberalismo abre uma terceira fase, que já dura dez anos. O novo fenômeno, que aparece claramente na zona cinza do gráfico, é que as duas curvas, a de lucro e a de crescimento, tendem a divergir. A taxa de lucro é restabelecida muito rapidamente, sem no entanto alcançar os níveis da primeira fase, e o crescimento é retomado sem conseguir verdadeiramente deslanchar. A conjuntura do começo dos anos noventa caracteriza-se por uma diminuição marcada do crescimento e por uma redução da taxa de lucro.

As três fases deste período de crise podem, pois, ser sintetizadas no seguinte quadro:

As três fases da crise			
		crescimento	taxa de lucro
Fase I 65-73	-expansão	forte (5%)	-elevada (19%)
Fase II 76-79	políticas keynesianas	medio (3,5%)	médiocre (15%)
Fase III 83-92	políticas liberais	medio (3%)	média (17%)

Alta da taxa de lucro

O restabelecimento da taxa de lucro constitui o fenômeno central do período. Resulta, no essencial, de uma mudança da parcela dos salários dentro do valor agregado, cujo exame evidencia tendências importantes. A primeira é uma diminuição da produtividade do trabalho cujo ritmo de progressão é, em média, dividido pela metade com a crise. Em um primeiro momento, a progressão do salário real tende a diminuir, oferecendo uma forte resistência em países como a França

Divisão do valor agregado									
	Produtividade			Salário real			Parte dos salários		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III
Estados Unidos	1,3	0,1	0,8	1,5	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,6
Japão	8,3	2,9	2,9	7,9	2,8	1,4	-0,3	-0,1	-1,5
Alemanha	4,0	2,9	1,4	5,1	2,5	0,9	1,0	-0,4	-0,4
França	4,4	2,4	1,9	4,1	3,5	1,3	-0,2	1,0	-0,6
Itália	5,6	2,8	1,8	5,0	3,5	0,9	-0,6	0,7	-0,9
Inglaterra	3,2	2,7	2,1	4,4	1,6	2,1	1,2	-1,1	0,0
Canadá	2,4	1,3	1,3	2,5	1,8	0,7	0,1	0,5	-0,6
G7	3,6	1,6	1,7	3,9	1,6	0,9	0,2	0,0	-0,8

Taxas médias de crescimento anual. I - 1965/73; II - 1973/79; III - 1979/87.
Fonte: OCDE

ou a Itália. A década liberal é marcada, em todos os países, por uma nova diminuição do salário real, que então progride menos que a produtividade. O resultado destas duas influências é o retrocesso de parte dos salários nos principais países industriais, com excessão do Reino Unido, que deu este giro antes dos outros (quadro 2).

Uma economia de capital constante (máquinas, instalações e matérias primas) teria sido uma forma de restabelecer a taxa de lucro sem exercer uma pressão excessiva sobre os salários. Mas não foi assim: até agora, a introdução das novas tecnologias têm-se acompanhado da elevação ou, ao menos da manutenção, da composição do capital. O quadro 3 mostra que o coeficiente de capital, ou seja, o volume do capital fixo (máquinas e instalações) por unidade produzida continuou aumentando durante a última década.

Coeficiente de capital			
	I	II	III
EUA	-0,2	1,1	0,4
Japão	2,6	3,2	1,7
Alemanha	1,4	1,0	0,9
França	-0,9	1,0	0,4
Itália	-0,3	0,3	0,6
Inglaterra	0,6	1,5	-0,5
OCDE	0,4	1,5	0,8

Taxas médias de crescimento anual
I - 1960/73; II - 1973/79; III - 79/88

Os ganhos de produtividade são, pois, cada vez menos consagrados aos aumentos de salário real e tem-se destinados ao restabelecimento da taxa de lucro. Este modo de funcionamento era, por um lado, uma das regras essenciais do "fordismo", isto é, o crescimento paralelo do salário real e a produtividade. O problema de saber como o sistema se reproduz nessas condições constitui então um bom fio condutor. Em termos keynesianos ou marxistas, esta brecha crescente entre produtividade e salário deveria conduzir a uma crise de realização: se os trabalhadores produzem cada vez mais sem ganhar mais, quem vai comprar o que produzem? A compressão dos salários, em grande escala e ao todos os países, correria o risco de desembocar rapidamente em um novo fracasso resultando desta vez, no essencial, de um estreitamento dos mercados. Como então o capitalismo funcionou nos anos 80?

Novo modo de crescimento

É o dinamismo da mais-valia consumida o que constitui o principal fator de ajuste. Trata-se de uma tese essencial, que deriva de um retorno aos esquemas da reprodução. O esquema que apresentamos propõe uma representação estilizada desse modo de crescimento específico. Raciocina-se, aqui, sobre um modelo simplificado da reprodução capitalista. A renda é dividida entre lucros e salários. O salário é integralmente consumido, uma parte da mais-valia é acumulada (ACU) e o resto é consumida (PVC). No crescimento "fordista" a reprodução ampliada faz-se de tal maneira que todos os componentes da renda e da demanda crescem proporcionalmente - de forma que a reprodução ampliada não implica nenhuma deformação estrutural na distribuição da renda. No crescimento "pós-fordista" pode-se supor, para simplificar, que a renda aumenta mas não os salários, que estão bloqueados. Vale então, forçosamente, o mesmo para o consumo salarial. Nessas condições, a realização do valor supõe um crescimento relativo da fração consumida da mais-valia.

Este princípio abstrato acompanha-se de três modalidades concretas que definem um esquema de acumulação muito específico. O elemento essencial é a distorção das rendas em detrimento dos salários: trata-se, de restabelecer o lucro reorientando a demanda da maneira mais adequada às exigências de sua realização. Processo semelhante desenvolve-se na estruturação de uma configuração da economia mundial em que o déficit americano e a verdadeira inflação de crédito que o sustenta corresponde à uma transferência de renda para esferas com forte propensão ao consumo. Finalmente, a financeirização deve ser interpretada em suas duas vertentes: a uma criação de mais-valia que não encontra de onde acumular-se, mas que desemboca em

uma modificação na repartição das rendas de tal maneira que assegure a reciclagem desta mais-valia para o consumo.

O neo-dualismo

Se queremos precisar as modalidades atuais de reprodução do capital, é necessário insistir em sua tendência a um *fracionamento em dois grandes setores*. O primeiro é o setor da indústria moderna e dos serviços informatizados ou informatizáveis e caracteriza-se por elevados ganhos de produtividade e uma débil criação de empregos. O segundo é o setor dos serviços de fraca produtividade, mais protegidos da concorrência internacional. Este é o lugar privilegiado de criação de empregos.

Este esquema só pode funcionar, caso se cumpram muitas condições. A primeira refere-se à rentabilidade. A produtividade é um dos parâmetros essenciais que determina o nível e a evolução da taxa de lucro. Uma diminuição da produtividade, mesmo se permite a criação de mais empregos, tende a baixar a taxa de lucro. Todo problema consiste então em *desconectar* a criação de empregos baseado em uma fraca produtividade, por um lado, e a determinação da taxa de lucro, por outro. A única solução lógica reside no desenvolvimento de uma esfera da economia não submetida às exigências da rentabilidade capitalista ou que compense a débil produtividade através dos baixos salários. As brechas de produtividade conduzem então ao que poderíamos chamar de um *neodualismo*.

A função das desigualdades

Este esquema teórico admite vários desdobramentos importantes. O primeiro é a *funcionalidade das desigualdades*. Certamente, o capitalismo nunca teve como objetivo central reduzir as desigualdades. Mas o modelo que está sendo montado atribui-lhes um papel central. O que é necessário, em termos de rendimentos, para que o esquema aqui descrito funcione? Na esfera dos serviços, é necessário, que os salários se mantenham a um nível baixo, porque deverão ser trocadas ou por outros salários do setor competitivo, ou por mais valia redistribuída. Reciprocamente, é necessário assegurar uma concentração de renda em favor dos ricos que só poderão consumir amplamente serviços a preços relativamente crescentes. Nestas condições, a produção do setor de serviços não pode ser comprada por este setor, só pode ser adquirida com os salários dos outros setores ou pela mais valia não acumulada. Inevitavelmente, seja porque elas venham a incorporar-se aos salários, seja porque reduzem a mais valia disponível para a acumulação, estas saídas em serviços permitem o desenvolvimento de um setor de serviços criador de empregos que venham a ter efeitos novamente nefastos sobre a taxa de lucro e/ou a taxa de acumulação.

A saída é o desenvolvimento de uma *"terceira demanda"* característica de numerosos países semi-industrializados. Tratam-se de rendimentos não salariais que aumentam regularmente de tal maneira que comprem a produção dos setores de baixa produtividade, enquanto que a progressão dos salários do setor produtivo permanece bloqueada. Ademais, a maneira com que os ricos repartem sua renda entre investimentos, compra de bens industriais e saídas em serviço convém melhor aos critérios da dinâmica atual do capitalismo.

O rápido exame deste modelo teórico de crescimento conduz a duas previsões: a criação de empregos nos serviços deve ser acompanhada de salários inferiores e a distribuição de renda modificada em favor de uma demanda não salarial. O exemplo dos Estados Unidos confirma claramente estes dois prognósticos. Entre 1980 e 1986, os Estados Unidos criou dez milhões de empregos, enquanto os quatro principais países europeus suprimiam cerca de dois, para uma população economicamente ativa equivalente. Mas estes novos empregos são, em sua imensa maioria, empregos de serviços mal remunerados: entre 1981 e 1987, os setores criadores de empregos pagaram, em média, salários inferiores em um terço em relação aos outros (1830 dólares por mês contra 2700 dólares), quando a diferença era desprezível durante os 20 anos precedentes: trata-se, então, de uma ruptura com as tendências anteriores. Este giro está confirmado por numerosos estudos, tanto para os Estados Unidos como para o Reino Unido. E uma evolução análoga teve início na França em 1983

Um fenômeno de igual natureza tende, em escala mundial, a separar zonas inteiras de desenvolvimento. Em 1987, o



mundo capitalista compreendia aproximadamente 3,4 bilhões de habitantes. Sua renda média era de 3.600 dólares por ano. Mas a metade mais pobre só ganhou pouco mais de 1.200 dólares por ano, e dois terços ganharam menos de 3 mil dólares. Mais ainda, durante a década de oitenta, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, o produto per capita médio retrocedeu na África, Oriente Médio e América Latina. Os famosos "quatro dragões" do sudeste da Ásia (Coreia do Sul, Singapura, Hong Kong e Taiwan) são exceções, pois só representam 1,4% da população mundial.

A visão do Ministério das Finanças francês

"As empresas expostas à concorrência internacional devem procurar a maior produtividade. Uma política de salários baixos corre o risco de deixá-las para trás no desenvolvimento tecnológico... De outro lado, nos setores menos expostos à competição internacional, é possível praticar uma política de baixos salários mais favorável ao emprego.

"Serviços domésticos constituem uma fonte muito importante de empregos. Mas os números aí só podem aumentar se os salários são suficientemente baixos... para manter preços atrativos. Eles podem, então, desenvolver-se apenas se os salários são muito diferentes daqueles do setor exposto (à concorrência internacional). Isto significa um crescimento e uma dispersão significativa dos rendimentos, como nos Estados Unidos e no Japão. A Suécia oferece o exemplo oposto de uma divisão muito desigual da renda.

"É também o país onde a participação dos serviços privados no emprego total é menor - isto é acompanhado de um peso particularmente alto dos serviços públicos, financiado por deduções obrigatórias... socialmente aceitáveis se os benefícios obtidos em troca são suficientes. Este parece ser o caso da Suécia... Mas isto implica num alto grau de qualificação nos serviços, uma forte coesão social e uma população ativa globalmente bastante homogênea. De fato, a população na Suécia, com uma proporção muito reduzida de imigrantes não-escandinavos, é muito mais homogênea que em outros países. O modelo americano é, sem dúvida, melhor para oferecer empregos para uma população que é mais diversificada no plano cultural e em termos de nível de produtividade".

(Documento de julho de 1991)

A teoria das ondas longas

A teoria da "ondas longas" do desenvolvimento capitalista surgiu do trabalho do economista russo N.D. Kondratiev. Seu livro *A economia mundial e suas conjunturas durante e depois da guerra* (1922), explica que a crise de 1920-21 resultou da ruptura do equilíbrio na distribuição dos mercados mundiais e forças produtivas, seguida da expansão da produção pelos Estados Unidos e outros países não-europeus durante a Primeira Guerra Mundial. Esta crise, entretanto, não conduziu ao colapso do capitalismo, mas a uma restauração de seu equilíbrio.

Kondratiev argumentou que desde 1789 o capitalismo conheceu dois ciclos longos completos de cerca de 50 anos. O período de 1789-1809 assistiu uma onda longa de expansão, seguida de uma onda longa de relativa estagnação de 1809 a 1849.

Em 1849 começou um novo ciclo, com a onda

depressiva durando até 1896. A onda expansiva do terceiro ciclo durou, então, de 1896 até 1920.

A natureza precisa da crise do período após Primeira Guerra deriva do fato de que ela marcou a virada no terceiro ciclo longo e o início de sua onda declinante. Na visão de Kondratiev, estes ciclos longos representaram oscilações em torno de um movimento em torno de um equilíbrio de longo prazo do capitalismo, relacionado com a reprodução das formas mais duráveis e caras do capital fixo - formas de investimento como canais, ferrovias, prédios e renovações tecnológicas da indústria.

Num período mais recente, a teoria das ondas longas foi empregada de forma mais destaca no esforço de Ernest Mandel de compreender a dinâmica de conjunto do capitalismo em *Capitalismo tardio*.

Volta aos esquemas de reprodução

Com a noção de normas de consumo, os regulacionistas têm insistido em um aspecto importante da análise da reprodução social, a articulação entre valor e valor de uso. Não é qualquer modo de consumo que é compatível com as condições de reprodução. Não podemos ater-nos a uma análise global do valor examinando apenas como se distribui entre salários e mais-valia. É necessário, ademais, que a estrutura de produção esteja adequada à de consumo no que concerne aos valores de uso. Uma sociedade não pode, por exemplo, dirigir seu esforço para a produção de bens de luxo e privilegiar ao mesmo tempo os salários. Trata-se, aqui, de uma recuperação das análises de Marx quanto ao papel do valor de uso.

A longa onda expansiva foi possível, entre outros fatores, por uma adequação entre normas de consumo e condições de produção. O consumo dos assalariados é constituído por uma parte crescente de produtos manufaturados que eles mesmos produzem em condições que asseguram importantes ganhos de produtividade. Estes ganhos de produtividade permitem, por sua vez, compensar os efeitos de um salário real crescente sobre a rentabilidade do capital.

Para que a reprodução do capital se realize de maneira dinâmica, são necessárias três séries de condições: 1) que a produção de mais valia assegure a valorização do capital, 2) a realização deste valor em termos de grandes massas de valor de troca e 3) a correspondência entre o que é produzido e o que é consumido, por cada tipo de renda. É necessário, no entanto, que estas condições se reproduzam em dinâmica, garantidas no curso do tempo.

Lucratividade e utilidade social

Este tipo de leitura nos leva a lançar uma luz sobre um terceiro fator de crise: o capitalismo encontra não só

dificuldades crescentes para obter lucros e mercados mas tende cada vez mais a se chocar com uma desconexão crescente entre a estrutura das necessidades sociais e as exigências da rentabilidade do capital. Aqui, o principal problema econômico é o da alocação do trabalho social.

A sociedade como um todo dispõe, em um dado momento de certa quantidade de trabalho, que vai alocar em tal ou qual setor, revelando assim as prioridades que se fixa, explicitamente ou não. Esta alocação realiza-se combinando duas séries de critérios que não têm razão alguma para coincidir. Por um lado, a busca máxima de lucros e de perspectivas dos lucros mais elevados possíveis conduz os capitais investirem espontaneamente nos setores que asseguram o maior crescimento possível da produtividade - porque esta é a base e a garantia de uma taxa de lucro mais elevado. Por outro lado, temos o que baseados em Engels, poderíamos chamar de os efeitos sociais úteis que conduz priorizar as necessidades sociais mais urgentes ou mais intensivas. Sob o capitalismo, esta segunda lógica está presente, mantendo-se, porém, dominada - não se pode vender mercadorias que não respondem a nenhuma necessidade social e a satisfação de certas necessidades sociais acaba por impor-se à lógica espontânea do capitalismo, que em sua versão pura só existe nos manuais.

Nossa tese é que o período atual do capitalismo caracteriza-se por uma dificuldade crescente para assegurar a correspondência entre o que as pessoas querem comprar e o que o capitalismo quer produzir. No período fordista, caracterizado por um deslocamento do consumo para os bens manufaturados (automóvel, etc.) produzidos em condições de forte produtividade, a demanda salarial dos países imperialistas se deslocou para bens cuja satisfação estava assegurada em condições de menor produtividade.

Se retornamos à questão de saber porque não se faz com outro produto o que se fez com o automóvel, percebemos que a resposta essencial encontra-se do lado das normas de consumo e têm dois pontos. Por um lado, os produtos eletrodomésticos, com os quais se podia contar para desencadear um "neo-fordismo", não representam um volume de mercado suficiente: estereos, vídeos, etc., estão em plena expansão; porém, um vídeo vale vinte vezes menos que um automóvel... e sobretudo, a demanda dos assalariados dirige-se espontaneamente para outro tipo de bens, ou bens de serviço que não poderiam, no estado atual das técnicas, ser "industrializados".

O exemplo mais significativo é o dos gastos com saúde, que de maneira espontânea aumentam mais rapidamente que a renda e que se busca, no entanto, conter em todos os países industrializados. A razão de fundo é que eles não podem originar uma produção associada a uma forte produtividade. O capitalismo não trata de forma igual os diferentes tipos de demanda: quando um operário compra um automóvel, reativa a economia; quando vai ao médico participa em um crescimento considerado "excessivo" dos gastos de saúde. No entanto, em um ou outro caso, o operário não faz mais que satisfazer uma necessidade.

A modificação da divisão da renda para a terceira demanda é, pois, uma modificação da estrutura do consumo para os bens industriais de valor médio superior. Uma das consequências desta evolução é, o papel jogado pela reprodução incessante da demanda de alta qualidade: para cada produto que entra na fase da produção de massa com fortes baixas nos preços, é necessário recriar constantemente uma diferenciação e introduzir novos modelos mantendo o volume da demanda. Porém isto só pode se feito privilegiando a demanda que emana das altas rendas, cuja estrutura corresponde melhor às exigências da valorização do capital.

Insistir nesta dimensão, introduzindo a noção de norma de consumo não é, certamente, retomar por nossa conta a posição regulacionista que, ao contrário, hoje em dia mostra suas imperfeições. Um dos aspectos da crise contemporânea é que, contrariamente ao postulado regulacionista, não existe nenhum processo de ajuste automático das normas de consumo ou a estrutura de produção.

A exclusão tecnológica

O fracionamento é reforçado pelas sequências das mutações tecnológicas. Um dos princípios da análise marxista do capitalismo consiste em nunca dissociar as inovações técnicas das relações sociais, no seio das quais elas devem se inserir. Esta é a razão pela qual não pode haver saída da crise que remeta pura e simplesmente a tais inovações.

A expansão das desigualdades tornou-se funcional para o capitalismo atual



Um dos paradoxos mais surpreendentes da situação atual é que o capitalismo dispõe hoje em dia de novos métodos de produção que permitem contemplar uma progressão qualitativa da produtividade do trabalho humano, assim como uma reorganização radical dos processos de trabalho. Porém essas potencialidades não podem ser plenamente desenvolvidas nos marcos do capitalismo - que para perpetuar-se necessita reproduzir e estender seu princípio de funcionamento essencial, a lei do valor, e o rebaixamento salarial. Trata-se de assegurar a "submissão do conjunto da esfera econômica à dominação da lógica do capital. Pois bem, as mudanças tecnológicas apresentam uma dupla excessão com relação a essa dominação. Implicam numa considerável economia de tempo de trabalho, que só acentuará os problemas que nascem da crise do trabalho. E também supõem uma reorganização de trabalho em um sentido que não é compatível com a disciplina salarial: polivalência, trabalho de equipe, iniciativa, "compromisso", etc....

Sem dúvida, pela primeira vez em sua história, o capitalismo parece incapaz de subordinar sua lógica toda uma série de inovações que, de um só golpe, ficam inaproveitadas. As possibilidades que encerra a automatização em termos de economia do trabalho, assim como os instrumentos eletrônicos de comunicação em termos de circulação e troca de informação e de conhecimento, são absolutamente subexplorados ou, se preferir, sobreexplorados sobretudo nos segmentos que priorizam o fútil e o elitismo.

Divisão do trabalho

O livro *"La fin de la division du travail?"* - de Horst Kern e Michel Schuman. Paris Editions de la maison des sciences de l'Homme, 1989 -lança um esclarecimento sobre estas questões. Como seu título indica, é uma das análises mais otimistas quanto ao conteúdo progressista dos novos métodos de produção. Mas, ao mesmo tempo, seus autores insistem nesta idéia fundamental: *"Enquanto os novos modelos de produção mantiverem-se encerrados em seu mesquinho marco privado, constituirão, essencialmente, uma modernização travada, sem satisfazer a exigência, que implica esta noção, de uma racionalização que interesse ao conjunto da sociedade"*.

Confrontado com a sua incapacidade de absorver todas essas potencialidades, o capitalismo vai reagir induzindo toda sorte de processos de diferenciações. Na organização do trabalho, a tendência não é à uma extensão progressiva no conjunto dos setores das formas de organização e métodos mais avançados. É, pelo contrário, uma lógica de implantação seletiva. Os dois sociólogos insistem que a contradição, classicamente marxista, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, pode então ser formulada assim: *"a atual fragmentação do mundo do trabalho entre atores ganhadores ou resignados da racionalização, entre operários sem qualificação alguma, 'marginalizados', entre vítimas da crise, entre desempregados há muito tempo, expressa algo mais que uma nova forma de desigualdade, em contradição com uma concepção histórica e social da modernização?"*

Estes termos - e fragmentação, segmentação, dissidência, fracionamento ou, inclusive, desconexão - remetem todos a uma mesma tendência do capitalismo: delimitar à esfera na qual ele pode desenvolver-se integralmente. Este processo está avançando muito em nível mundial, através da desconexão entre centro e periferia: as novas tecnologias criam uma nova base de dependência e são acompanhadas da formação de uma estrutura imperialista tripolar, na qual cada um dos polos - estrutura zonas de mão de obra barata nas quais instalará de maneira seletiva unidades de produção avançada.

Os Estados Unidos está reconquistando o continente americano com a Iniciativa para as Américas. A Ásia se estrutura em torno do gigante japonês, de maneira perfeitamente hierarquizada, dos "quatro dragões" aos países mais pobres, passando pelos aspirantes à industrialização através dos baixos salários como Malásia e Filipinas. A Europa organiza de maneira menos densa seus diferentes círculos concêntricos que vão do núcleo duro da CEE às zonas de baixos salários do Sul e do Leste. A lógica deste modelo conduz, no que concerne aos países do Leste, a que a penetração da "economia de mercado" não seja linear. Teremos a classificação e seleção dos setores suscetíveis de se incorporarem de forma útil à divisão internacional do



trabalho. Este processo vai, portanto, fracionar, dissociar às sociedades envolvidas, rechaçando, marginalizando, "informalizando", etc., os setores não competitivos e aos segmentos da mão-de-obra incapazes de adaptar-se às novas tecnologias. Esta fronteira poderá passar totalmente por fora de certos países particularmente desprotegidos.

O futuro da crise

O marco de raciocínio proposto aqui se inscreve na tese central da teoria da longas ondas sobre o caráter historicamente datado e não garantido do desenvolvimento de períodos expansivos. Mas o que se passa hoje não corresponde a transformação brutal (facismo + guerra) dos anos quarenta. Temos hoje mais uma ofensiva multiforme, "rastejante" e que toma a forma de destruição lenta, de debilitamentos sucessivos, etc., mais que de um choque frontal. Trata-se de obter o mesmo resultado ao preço de uma acumulação de derrotas parciais. Estamos, em uma fase de transição entre uma longa onda recessiva e uma longa onda expansiva, período que poderia ser classificado como crise "rastejante".

O capitalismo pode sair deste período, apresentando um modelo social atraente? Nossa resposta é em função da análise precedente negativa. Não há perspectivas de retorno ao fordismo, definido como um crescimento de salários proporcional ao da produção. A austeridade salarial e as desigualdades sociais instalaram-se no coração de modelo de crescimento deslanchado no início dos anos oitenta. Hoje é impossível visualizar uma solução progressista ao problema do desemprego nos marcos do capitalismo. O capitalismo contemporâneo tem suscitado inovações tecnológicas revolucionárias, restabelecido o lucro e contido os salários, mas só pode, por outro lado, funcionar sobre uma base cada vez mais estreita. Sua lógica atual é de aprofundamento das desigualdades e dos processos de exclusão, tanto no interior dos países imperialistas, como em escala mundial. A análise marxista parece-nos confirmar sua superioridade sobre os defensores da harmonia espontânea. □

Traduzido por Adelaide Jôia.

A escola da regulação

"Nas últimas duas décadas, a escola francesa da regulação econômica desenvolveu uma ambiciosa teoria histórico-econômica que já teve um grande impacto nas tentativas de compreensão dos problemas atuais do sistema capitalista e as correspondentes transformações econômicas..."

Os regulacionistas negam que o modo de produção capitalista possa ser compreendido em termos de um simples conjunto de leis que permanecem inalteradas da sua gênese à sua superação. Eles veem, ao contrário, a história do capitalismo como uma sucessão de frases, cada uma caracterizada por certas formas estrutu-

rais sócio-institucionais historicamente definidas que engendram, na medida em que se mantem, distintas formas e padrões...Eles insistem que as formas estruturais que constituem seus modos (ou fases) de desenvolvimento dentro da história do capitalismo devem ser compreendidos como decorrentes, em um grau significativo, das lutas de classes e políticas."

Extraído de Robert Brenner and Mark Glick "The regulation approach: theory and history" IN *New Left Review* n°188, july/august 1991.

Superestado, destino europeu

Francisco Louçã

A Comunidade Econômica Européia é uma perplexidade: deixando de ser "econômica" - no nome e na realidade - está sofrendo um dos processos mais radicais, violentos e rápidos de transformação que se poderia imaginar. Os catastrofistas tinham razão: ou a CEE dava o salto em frente no seu processo de integração ou desaparecia pela centrifugação interna. Deu o salto e o resultado é um superestado que perturba o mapa político do velho continente.

A Europa comunitária evoluiu numa velocidade surpreendente. Nos anos 50 e 60 era um mero mercado comum de dois ou três produtos, negociados entre um cartel de países ricos, que entre si foram estabelecendo uma política agrícola comum para sustentar as tensões sociais - e, deste ponto de vista, tinham a capacidade de antecipar dificuldades de uma forma profundamente conservadora. Lentamente, o processo evoluiu, porque a política agrícola se consolidou, porque o cartel passou de seis para nove países, porque o seu peso na Europa foi aumentando.

O primeiro salto: anos 70

No entanto, o fator que decide acaba por ser a economia: a vitória da Alemanha no campo da competitividade internacional desde a recessão dos anos 70 - e a regressão da Inglaterra, bem como as debilidades da França, os dois países que poderiam candidatar-se a líderes políticos da nova Comunidade. Mas, nesta altura, a Alemanha já alternava com os Estados Unidos e com o Japão nas estatísticas de maior exportador mundial de produtos manufaturados. A direção política podia começar a desenhar-se a partir do Bundesbank e do marco.

Os primeiros anos ainda foram repartidos. Em 1979, decide-se a eleição por voto universal do Parlamento Europeu - que anteriormente era composto por representantes enviados pelos governos ou mandatados pelos parlamentos nacionais. O fato de se proceder a uma eleição em todos os países contribuiu para modificar o formalismo do Parlamento. Continuava sem poderes reais mas passava a dispor de mais poderes formais, a fazer mais discussões televisionadas, a votar mais moções, a enviar mais delegados. O progresso foi assim sustentado pelo espetáculo e esse é ainda o Parlamento Europeu que temos hoje.

Ou seja, a partir da estrutura política da Comunidade estabelecida nos anos 70, mantinham-se os Estados nacionais como o elemento de poder essencial - em outras palavras, a Comunidade dependia da negociação permanente e daí a importância da regra do consenso. A pirâmide do poder assentava-se nos Estados, que se reuniam de vez em quando e mantinham estruturas formais de um parlamentarismo reduzido.

O segundo salto: anos 90

Mas atualmente a Comunidade Européia sofre uma nova evolução e desta vez espetacular. O pacote é conjunto: o alargamento à periferia européia e a abolição da regra do consenso, conduzindo ao Ato Único e à Europa a duas velocidades, o fim dos regimes do Leste e a unificação alemã, que abre novos mercados de mão-de-obra e de investimento profundo de reorganização. E, finalmente, a integração dos países da EFTA para depois criar estatutos de associação e de controle sobre as novas periferias semi-industrializadas, como a Hungria, Tchecoslováquia e Polónia.

Mas a alteração essencial é política: chegou-se à situação em que não se pode mais contornar o fator Estado. A unificação monetária cria uma autoridade que lhe é superior, limitando ao mesmo tempo dois vetores chaves de sua margem de manobra, a taxa de câmbio e a emissão monetária. Tendencialmente, afeta uma terceira, a gestão do déficit orçamentário. E, como as regras de decisão se

mantêm, isso significa nem mais nem menos que criar um supra-Estado embrionário, coberto por uma ideologia federalista e conflucionista.

É um Estado europeu que só existe em alguns terrenos e que não é visível. Os Estados nacionais continuam a passar multas, a cobrar impostos, a negociar concertações sociais e a pagarem aos policiais e aos funcionários, continuam a gerir a mão-de-obra - cujo preço será ainda essencialmente formado nos mercados nacionais -, a formação profissional e o ensino.

Numa palavra, continuam a resolver os conflitos e são as únicas instituições legitimadas por via eleitoral - mas decidem menos e em contextos cada vez mais limitados.

O problema europeu passa a ser este: a autoridade não tem legitimidade, e a legitimidade tem menos e menos poderes, mas ambas estão de acordo com a situação. A pirâmide inverte-se e descobre-se que tinha escondido mais do que a superfície. Ora, como o Parlamento Europeu não pode receber muito mais poderes - os Estados sabem que a sua negociação permanente não deve ser perturbada por democratas.

A situação será sustentável enquanto funcionarem as aparências, se os alemães assim quiserem... e os governos locais não forem afetados. Mas o problema está justamente aí: é que a transferência de poderes reais para as autoridades comunitárias vai restringir as margens de manobra dos governos e, progressivamente, tornando claro que é pouco importante quem se elege no plano nacional. O perigo está à vista, para os estrategistas europeus: é que os eleitores deixam de votar, que as margens políticas se radicalizam, que os fascistas - que já representam mais de 10% do eleitorado europeu - sejam inflacionados desta forma e que ninguém acredite nestas autoridades que estarão ainda na primeira fila dos conflitos sociais.

A legitimidade deixaria de ser o suporte da ilusão e o poder ficaria nu. Não é outro o caminho que para já está sendo trilhado pelos eurocratas: a sua unificação política negocia-se entre banqueiros e policiais. O grupo de Trevi, os acordos de Schengen, agora a Europol que nasce de Maastricht, as coordenações informáticas, tudo se conjuga para criar os instrumentos de repressão - deixem arder e depois chamem os bombeiros.

Assembléia Constituinte

De fato, as alternativas são poucas. Dar poderes ao Parlamento Europeu é perigoso para este projeto: retirar velocidade e controle, põe a moeda ao sabor das flutuações políticas, o que horrorizaria qualquer burocrata do Banco Central Europeu. E a única alternativa é a mais perturbante: dar mais velocidade ao processo político do que ao econômico, inverter democraticamente a Comunidade, fazendo da reunião de representantes eleitos uma verdadeira Assembléia Constituinte de todos os povos europeus, estabelecendo no plano político uma carta de associação, de direitos, de prioridades sociais. Menos tentador, menos competitivo, esse projeto é o único que cria formas de legitimidade real pela participação dos povos na sua determinação, que integra os países do Leste, que abre as prisões internas da Europa (a independência basca e irlandesa) - porque, como quer que se queiram ver as coisas, é mesmo preciso começar pelo princípio.

E se a Comunidade não quiser ser um mero espaço de negócios e de crises geridas com mão-de-ferro por eurocratas sem rosto, teria que assumir a sua continentalidade e o primado da clareza da decisão política. A alternativa é que o muro das fronteiras seja reproduzido internamente contra todos os potenciais críticos, contestadores, adversários, os imigrantes, a esquerda anti-capitalista, os ecologistas, todos o que ponham os direitos sociais à frente dos lucros. □

Extraído do jornal *Combate*, de Lisboa, março de 1991.

O Estado europeu só existe em alguns terrenos e não é visível



Os eurocratas temem que suas decisões sejam perturbadas por discussões democráticas



Nas ruas com tensões internas

Pedro Moreira

A reunião de abril da Direção Nacional da CUT tomou decisões que potencializam sua intervenção na conjuntura, e que dependendo do seu encaminhamento, podem relançar o movimento sindical numa forte disputa com o governo Collor. Mas também, introduziu-se uma discussão nova sobre o "centralismo" na CUT que periga recolocar o clima de confronto sectário do 4º Concut.

Em março a decisão de encaminhar o 13 como dia nacional de luta contra os dois anos do governo Collor ("Diga não ao governo Collor") deu um marco unitário e permitiu colocar a Central nas ruas questionando os rumos da conjuntura do país. Há uma continuidade, agora, com essa orientação.

A Direção Nacional definiu, por maioria, convocar o 1º de Maio com o eixo "Contra o projeto neoliberal. Diga não ao governo Collor".

O conteúdo do 1º de Maio e da orientação para o semestre é estabelecido por um conjunto de iniciativas aprovadas:

a) a campanha pelo salário mínimo, com toda uma política para sua recuperação, na forma de "Projeto de Iniciativa Popular" - devendo recolher 1 milhão de assinaturas;

b) uma campanha nacional de mobilização pela recuperação dos 84% confiscados dos salários em março de 1990 pelo Plano Collor I. Diversos sindicatos cutistas tem entrado com ações na justiça e ganho a causa na 1ª e 2ª instâncias. Há o entendimento que estão colocadas as condições para que essa bandeira ganhe legitimidade e força de mobilização - nos moldes dos 147% dos aposentados;

c) a unificação de campanhas salariais dos servidores federais e dos trabalhadores em estatais com datas bases em abril-maio, que já trabalham uma pauta unificada e o indicativo de mobilização para a primeira quinzena de maio - vinculando-as à luta contra as privatizações e o sucateamento dos serviços públicos;

d) o lançamento de outro "Projeto de Iniciativa Popular" - que também deve recolher 1 milhão de assinaturas - que revoga a Lei 8.031/9, que viabilizou as privatizações;

e) as jornadas de luta dos trabalhadores rurais, que visam deflagar uma campanha de ocupação de terras ociosas e alavancar as campanhas dos assalariados neste semestre.

As duas campanhas de assinatura devem assumir o duplo caráter de "gancho" para a mobilização de massa a par de exercício de incipiente de democracia direta nos espaços intencionais.

Este conjunto de decisões colocam em perspectiva a contestação a várias das principais medidas neoliberais do governo Collor. Mas sob o impacto da mudança ministerial e também por uma avaliação ("pessimista") do atual acúmulo de forças do campo popular, há uma indefinição sobre a intensidade do enfrentamento que deve ser lançado contra o mandato do Collor, já que o "Diga não ao governo Collor" coloca a questão sem resolvê-la. O fundamental, porém, é que a perspectiva de enfrentamento lançada no dia 13 de março está mantida, e foram colocadas propostas de mobilização que podem "fazer ponte" entre a luta imediata dos trabalhadores e o questionamento ao mandato neoliberal.

De volta ao 4º Concut?

Apesar deste marco favorável de evolução da CUT na conjuntura, as tensões que a Central viveu em torno do seu 4º Congresso Nacional podem reaparecer.

Na reunião de abril foi vencedora a votação sobre a "obrigatoriedade" das instâncias da Central (e a "conveniência" que os sindicatos filiados) em caminhar as bandeiras aprovadas pela Direção Nacional, "proibindo" o uso daquelas que foram derrotadas nas votações.

A origem imediata desta proposta foi o fato que algumas estaduais e regionais da CUT encaminharam no dia 13, além do "Diga não" também o "Fora Collor" - depois que essa proposta fora derrotada na instância nacional que preparou



o 13 de março.

Não há dúvida que para a melhor intervenção da CUT na conjuntura é necessária sua unificação política. Mas esta unificação deve ser produto do convencimento - e não da imposição dos Estatutos da Central ou de deliberações punitivas de suas instâncias.

À diferença dos partidos políticos, onde a adesão se dá (ou deveria dar-se) pela identidade política estratégica e programática, a adesão aos sindicatos e às centrais se dá pela luta imediata (sem que isso signifique necessariamente identidade estratégica ou programática).

O processo de unificação política de um organismo do tipo de uma Central sindical, é a própria disputa sobre os rumos da intervenção da classe trabalhadora. Assim, mesmo o "fracionismo" deve ser combativo politicamente, buscando reverter esse posicionamento desde a base, junto com os trabalhadores que elegeram a direção numa determinada instância, e não a partir da intervenção de uma instância superior. A unidade política faz parte da educação e da conquista de determinados níveis de acúmulo de forças da classe trabalhadora que os Estatutos não podem substituir.

O discurso da "centralização estatutária" vai contra a corrente da trajetória recente da CUT - que com a entrada dos setores sindicais do PCdoB, PPS, PC, além dos já tradicionais do PDT e PSDB - é cada vez menos "uma corrente político-sindical" e cada vez mais uma central única.

Além disso, a CUT hoje está em franca disputa com a Central "Força Sindical" sobre franjas inteiras do sindicalismo (como por exemplo, a direção da Contag), na qual certamente seu caráter de central plural e capaz de absorver a diversidade terá um peso decisivo.

Por último, a CUT caminha no sentido de fortalecer suas "estruturas verticais", assim como aproximar cada vez mais as estruturas dos sindicatos de base com a estrutura da própria central. (Para alguns companheiros está em pauta a formação de uma Central-Sindicato, com "seções" estaduais e locais e "seções" nos ramos, com contratos de trabalho negociados nesses níveis).

Então, é fundamental reafirmar a soberania das deliberações de base: (1) das assembleias de trabalhadores que deliberam o lançamento de uma campanha, a aceitação ou rejeição de um acordo, a adesão ou não a uma orientação determinada; (2) dos congressos de trabalhadores (sejam de categorias, de regionais, estaduais ou estruturas verticais da CUT), para definir a orientação no seu âmbito, escolher suas direções, assim como deliberar sobre a orientação geral que deveria seguir a classe trabalhadora na conjuntura.

A cada vez mais ampla unidade orgânica da classe trabalhadora na CUT não significa o abafamento de sua diversidade, mas a construção de condições para a unificação política desde a base. Para esta perspectiva, o Partido dos Trabalhadores, de longe a principal referência da vanguarda sindical, tem um papel decisivo que ainda não foi assumido. Esta discussão deverá voltar por ocasião da Plenária Nacional da CUT em julho deste ano e os petistas temos toda a responsabilidade no seu encaminhamento. □

Há grande unidade em torno de um 1º de maio de enfrentamento

A postura administrativa diante das divergências políticas ameaça recriar o clima do IV CONCUR

Fórum panafricano



Coroando um processo de três anos de debates e ação comum de quatro organizações revolucionárias, foi fundado em Dakar, Senegal, o Partido Africano pela Defesa e o Socialismo (PADS). O Congresso de fundação a 14 e 15 de dezembro de 1991 teve 1.100 delegados e outro tanto de convidados fraternais.

Ao par da elaboração programática, o novo partido enfrenta enormes tarefas de organização devido ao enorme afluxo de novos aderentes que deverão ser organizados pela base. São milhares de homens e mulheres nos quais a fundação do PADS despertou entusiasmo e confiança. Outra prova imediata é a campanha eleitoral, um problema novo para os militantes senegaleses.

O novo partido lançou, de saída, uma campanha contra a corrupção, cujo objetivo serão os "grandes devedores", isto é, os homens de governo que fazem grandes empréstimos bancários e nunca pagam. Assim embolsam boa parte dos empréstimos estrangeiros que formam a dívida externa.

O PADS será o primeiro partido de massa da África com

uma prática feminista. O Congresso denunciou a hipocrisia dos congressos e conferências nacionais que falam em "povo", em "desenvolvimento", em "democracia", mas que excluem as mulheres.

Uma das consequências da organização do PADS foi o desaparecimento formal da seção da Quarta Internacional do Senegal. Mas o novo partido decidiu que os membros da organização anterior continuam pertencendo à Quarta Internacional a título individual, enquanto o partido manterá um relacionamento fraternal com a Quarta.

Quando da fundação do Partido Africano pela Democracia e o Socialismo (PADS), celebrou a primeira reunião de organizações políticas africanas para debater as possibilidades do renascimento de um panafricanismo militante, independente dos Estados e antiimperialista. O expressivo número de países representados e a diversidade política dos participantes são testemunho da importância da reunião de Dakar. Reproduzimos a seguir a tradução fiel da declaração final do Encontro.

Declaração do Fórum Panafricano

A situação do continente é extremamente crítica. Apesar de suas enormes riquezas, a África tem um peso irrisório nos assuntos mundiais.

Tanto no plano político, como econômico e comercial, a África está submetida ao bel-prazer das potências estrangeiras e das multinacionais. Sua economia está arruinada pressionada pelo pesado fardo da dívida externa contraída em nome dos povos africanos, embora só tenha servido para enriquecer a burguesia e as ditaduras no poder.

Estas potências estrangeiras e as multinacionais impuseram aos países africanos regimes ditatoriais no momento de sua independência e se esforçam, hoje, por controlar o movimento democrático em curso. A África deve recordar ao mundo inteiro que, em primeiro lugar, é ao capitalismo (ao mercado) que ela deve sua falência atual. O fracasso da África é o fracasso das burguesias político-burocráticas sustentadas pelo Ocidente que pilharam o continente e transferiram fortunas colossais para os bancos suíços e outros bancos ocidentais cuja felicidade fizeram.

O vento da mudança que sopra sobre o continente corre o risco de ficar sem efeito se novos regimes burocráticos sucederem às burguesias parasitárias que até aqui presidiram os destinos da África; e se as questões de coexistência interna forem mal resolvidas.

Nenhum país africano pode resolver, sozinho, os enormes problemas que os confrontam. O que vale dizer da necessidade de desenvolver e materializar as idéias panafricanas pela desbalcanização do continente que é hoje uma dimensão central de nosso combate.

Para fazê-lo é necessário construir novas instituições por homens e mulheres íntegros, competentes e confiáveis diante de seu povo.

É preciso, igualmente, opções sócio-econômicas definidas em favor das necessidades das populações e das

possibilidades de nossos países e não em função das potências estrangeiras.

As forças africanas do progresso deveriam conferir tanta importância aos problemas da integração interior dos Estados quanto à integração regional ou continental.

Somente então será possível superar a lógica das fronteiras herdadas da colonização para substituí-la pela lógica dos povos e das comunidades de base que poderá, então, servir a uma unidade africana não burocrática nem autoritária, uma unidade africana livremente consentida pelos povos - que é a única capaz de promover os novos comportamentos e o conjunto das mutações que o estado de nosso continente e do mundo nos exige.

O Fórum panafricano dos partidos progressistas, associações e organizações democrática de massa, que se reuniu em Dakar a 15 de dezembro de 1991, constitui um primeiro passo desta nova iniciativa.

Em consequência o Fórum decide:

- organizar um secretariado técnico incumbido de manter os laços entre as organizações participantes;
- estabelecer contato com os partidos políticos, associações, organizações democráticas de massas e personalidades que partilham do ideal panafricano.

Dakar, 15 de dezembro de 1991

Entre os signatários, destacam-se: Movimento Anti-Apartheid de Gambia; Frente Nacional de Libertação da Uganda; Consciência por uma Alternativa Democrática de Burkina Faso; Partido de Libertação do Trabalho e Partido Nigériano pela Democracia e o Socialismo da Nigéria; Reagrupamento do Povo da Guiné; Frente Popular e Partido dos Trabalhadores da Costa do Marfim; Frente Patriótica dos Camarões; Frente de Resistência pela Unidade, Independência e Democracia da Mauritânia; Aliança pela Democracia e o Progresso de Benin; Partido Africano pela Democracia e o Socialismo e Movimento pelo Socialismo e a Unidade, Senegal.

A África deve sua falência atual ao capitalismo que pilhou o continente

Tão importante como a integração continental é a integração interior aos Estados

20.000 ASSINATURAS

EXTRA, EXTRA: BRASIL AGORA
QUER VINTE MIL ASSINATURAS

SÓ VINTE MIL?! FAÇA COMO O
MAGRI: TRINTA MIL NO MÍNIMO!



BRASIL ASSINE AGORA AGORA

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

END. _____

Nº _____ APTO _____

MUNICÍPIO _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 22.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 50,00 (semestral)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 46.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 72.000,00

EM TEMPO:

*Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista
do Partido dos Trabalhadores*

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jorn. Resp.: Celia Regina de Souza
Reg. MTb nº 18663DRT/SP

Equipe de Edição: Adelaide Jóia,
Jose Correa Leite.

Capa: Caco Bisol

Editoração: Página 7 Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20.031; **Vitória:** Pça. Quintino Bocaiuva, 16 s/707 CEP 29.000 Fone 223.0921; **Salvador:** Rua Amparo do Tororó, 19 CEP 40.050.

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 20.000,00 () Apoio Cr\$ 30.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____ Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinalado para:
Rua Artur de Azevedo, 556 CEP 05404 - mSão Paulo - SP

Crítica feminista



José Corrêa

A editora Rosa dos Tempos, que vem lançando uma série de textos feministas, acaba de publicar uma importante obra sobre o tema. Trata-se do livro organizado por Seyla Benhabib e Drucilla Cornell - **Feminismo como crítica da modernidade**. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher.

Seus oito capítulos examinam, como afirma o subtítulo, a obra de muitos dos mais importantes pensadores da atualidade. Trata-se, nas palavras das organizadoras, de uma contribuição ao "projeto feminista de uma reconstrução teórica. Ocupam-se nesse trabalho, com vários graus de explicitação, dos diferentes ramos do marxismo do século XX. Todos os capítulos deste volume partilham, porém, da convicção de que o confronto entre o marxismo deste século e o pensamento feminista exige nada menos que uma mudança de paradigma do primeiro. Podemos definir essa mudança como deslocamento do paradigma da produção (p.7).

Entre os textos, vale destacar o esforço de Linda Nicholson em "Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico" para re-historicizar as categorias da teoria social marxista.

Nancy Fraser retoma a análise de Habermas sobre a distinção entre sistemas econômicos e de administração social, de um lado, e o mundo a vida, de outro, para explorar sua validade e registrar seus limites (como a ausência, em sua análise, da hierarquia de gênero ou de uma visão crítica da família, que não pode ser considerada apenas como um espaço onde se busca o consenso intersubjetivo ainda que implícito - abrigo num mundo impiedoso - mas lugar de "cálculo instrumental, egocêntrico e estratégico assim como lugar de trocas geralmente exploradoras de serviço, trabalho, dinheiro e sexo"). A relação entre o público e o privado é tema não só do artigo de Fraser mas também de três outros, de Iris Young, de Seyla Benhabib (que analisa a obra de Kohlberg) e de Maria Markus.

"Que espécie de reestruturação dos reinos público/privado - dicotomia consensualmente reconhecida entre as autoras como prejudicial às mulheres - será possível e desejável em nossas sociedades de modo a fomentar a emancipação das mulheres bem como criar uma sociedade mais humana?" (p.16). Os artigos de Isaac Balbus (de crítica à Michel Foucault), de Judith Butler (sobre Beauvoir, Wittig e Foucault) e de Drucilla Cornell e Adam Thurschwell (sobre a psicanálise) examinam o processo de constituição psicossocial do gênero e criticam a idéia do "eu desimpedido" do liberalismo. Trabalham, a partir daí, várias facetas da constituição do sujeito feminino e da desconstituição da identidade de gênero.

Trata-se, em muitos aspectos, de uma leitura obrigatória sobre um tema de ponta da discussão marxista contemporânea.

IMPRESSO

Democracia do canhão

Isaac Akcelrud

**O pretexto do golpe
foi combater a
corrupção e o
narcotráfico**

O golpe que acaba de ser desfechado contra o povo peruano não é só e apenas uma reincidência. Não se trata de pura e simples repetição de um velho hábito de politicastros ladravazes aliados com gorilas militarescos.

Agora, podemos perceber sintomas e sinais de algo mais sério e mais grave, mais profundo e significativo em curso não só no Peru, mas em toda nossa atribulada América Latina. Não é só Haiti, nem só Venezuela, nem apenas Peru, todo o edifício continental parece tremer abalado pela crise, sacudido pela estagnação e o atraso econômico, sufocado pela dívida, asfixiado pelo FMI. Como é que este continente poderia aguentar sem resposta e suportar passivamente uma situação como esta?

-Casa nova, política velha

Esse Fujimori esconde atrás da máscara japonesa uma expressiva semelhança política com Collor. São lideranças da mesma estirpe. Irromperam repentinamente, sem tradição partidária alguma, empolgaram como novidade, como promessa de juventude e audaciosa mudança e ganharam os votos de amplos setores desiludidos com a política e os políticos. As debilidades de nossas incipientes vanguardas revolucionárias deixaram o campo livre para esse tipo de demagogia. Fujimori, no Peru; Collor, no Brasil, por exemplo.

Mas não mexem no essencial. Continuam obedecendo aos velhos senhores. Pagando a dívida. Privatizando. Entregando tudo, no atacado e no varejo. Por isto mesmo, são promovidos como referência para miragem de uma reconstrução sólida e duradoura da democracia na América Latina para dourar os brasões de Bush e consolidá-lo na liderança dos Estados Unidos e do mundo capitalista.

A primeira ilusão que está ruindo com os sucessivos golpes e agora com a ditadura franca no Peru é esta da solidez da democracia no continente. Os golpes e as ditaduras militares seriam coisas do passado. Os fatos estão desmentindo e contradizendo frontalmente os desenhos animados dos porta-vozes governamentais - esse novo bicho que apareceu junto com o vibrião colérico para infestar o ambiente.

É o programa Bush

Como notícia sensacional, capaz de vender jornal, o golpe no Peru saltou para o topo das primeiras páginas. Foi fogo de palha. Queimou rápido. Passou logo para as páginas internas e virou assunto de segunda importância. Que se passa? O povo peruano não notou diferença alguma entre o novo governo nomeado por Fujimori e o antigo por ele destituído. Para o povo peruano, por enquanto, não mudou nada. Apenas os tanques estão atrapalhando o trânsito...

O programa apregoado é exatamente o que vem sendo exigido por Bush de todos os governos da região: combate ao narcotráfico e luta oficial contra a corrupção. Acredite se quiser e puder. O combate ao narcotráfico tem que tomar em conta três fatos: 1) os Estados Unidos são o maior mercado consumidor, a coca é fonte de dólares para o Peru, o que faz do combate ao narcotráfico uma farsa; 2) a cultura da droga é a principal atividade agrícola do país e, sem uma nova perspectiva de produção com apoio técnico e financeiro, a eliminação do narcotráfico é uma trágica mentira; 3) o combate ao narcotráfico já está consagrado como instrumento de penetração e ocupação militar norte-americana, o que dispensa qualquer comentário.

Diante deste quadro, a luta contra a corrupção se transforma numa arma eficaz na contenda, às vezes sangrenta, entre setores e segmentos rivais da burocracia e das classes dominantes.

Liberdade e solidariedade

É rigorosamente inevitável um agravamento das condições de vida do povo peruano. As cadeias estão cheias. Lá estão, atrás das grades, à mercê de torturadores que não prestam contas a ninguém (tudo foi dissolvido, até aquela pobre justiça subdesenvolvida), líderes operários, populares e camponeses, organizadores políticos independentes. Está tudo muito mais difícil para o povo. Nesse quadro, se o "Sendero Luminoso" não for tolo e sectário poderá crescer e ampliar sua influência, corrigir sua rota, acertar o passo com o trabalho de massas. A ditadura tem pressa em evitar que tal processo amadureça. O combate à guerrilha, por outro lado, deverá ser um fator de unificação e reconciliação dos políticos burgueses.

O parlamento foi fechado. A mesa da Câmara Federal está fazendo um estágio na prisão. E a oposição declarou vaga a presidência da República por incapacidade moral do sr. Fujimori. Parece muito corajoso, mas é inoperante. A oposição não sugere uma só medida prática de defesa das liberdades populares, mesmo no quadro das instituições capitalistas. Ninguém quer se complicar com os americanos.

O manifesto contra Fujimori é neutro em relação à dívida, à privatização, segundo se desprende do noticiário. As prisões em massa das lideranças operárias e populares não só não são relaxadas, mas permanecem impunes. O povo peruano precisa de liberdade para se organizar e se defender. Precisa urgentemente de solidariedade, nem que seja sob a forma quase platônica do protesto, da pressão das massas brasileiras e suas lideranças sobre os representantes diplomáticos da renovada ditadura peruana em nosso país.

E para que o exemplo não pegue na América Latina, articulemos um protesto unido dos povos desta parte do mundo. Ajudará nossos irmãos peruanos e será também uma autodefesa. □



**O golpe de Fujimori
tem o programa
de Bush**